



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de formação de professores

Departamento de Geografia

Curso de graduação em geografia

Luís de Souza Junior

**Território, Modernização e Outros saberes: da
modernização na Baía de Guanabara e São Gonçalo ao
território da pesca em Itaoca**

**SÃO GONÇALO
2011**

Luís de Souza Junior

**Território, Modernização e Outros saberes: da
modernização na Baía de Guanabara e São Gonçalo ao
território da pesca em Itaoca**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção da graduação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Catia Antonia da Silva

SÃO GONÇALO
2011

SOUZA JUNIOR, Luís

Território, Modernização e Outros saberes: da modernização na Baía de Guanabara e São Gonçalo ao território da pesca em Itaoca/ Luís de Souza Junior. - São Gonçalo: 2011.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Catia Antonia da Silva

Monografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de formação de Professores. Departamento de Geografia, 2011.

1. Território 2. Modernização 3. Outros Saberes 4. Leste metropolitano 5. Itaoca

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de formação de professores

Departamento de Geografia

Curso de graduação em geografia

LUÍS DE SOUZA JUNIOR

Monografia para obtenção da graduação em Geografia.

Agradecimentos

Na trajetória acadêmica eu tive a percepção de como a coexistência com sujeitos, teorias, histórias e lugares distintos nos transformam. Nem sempre essa coexistência se deu de forma harmônica, por isto, percebi também que por vezes é através da co-presença e do vir-a-ser que nos tornamos sujeitos do reconhecimento de nós mesmos. Sob a luz destas perspectivas que segue o meu agradecimento.

Primeiro agradeço a Deus por mostrar o meu caminho de forma imanente, por estar sempre no meu caminhar.

A minha mãe, Karine, Mariana e Julia, por me proporcionarem chegar a este momento e, mesmo quando eu deixei de acreditar, nunca perderam a confiança na minha capacidade.

A professora Catia Antonia da Silva pela honra e oportunidade de trabalhar em sua equipe e por ensinar com muito rigor e ternura (não necessariamente nessa ordem) os caminhos tortuosos da pesquisa.

Aos amigos do LEME, Cássia, pelo acolhimento; Rodrigo, companheiro de outros tempos das trincheiras da vida; Milaysa, Felipe e Edivan pelo compartilhar de trabalho, diversão e camaradagem.

A todos os amigos que fiz na minha passagem, em especial para a turma do primeiro semestre noturno do ano de 2007, por compartilhar felicidades, aflições, lutas, desencantos e esperanças, enfim, por me ensinar o verdadeiro valor da co-presença.

Resumo

O presente trabalho busca entender como a racionalidade da modernização em marcha em São Gonçalo, localizado no leste metropolitano do Rio de Janeiro, coexiste com os sujeitos que sobrevivem da pesca artesanal, seus saberes e práticas, na ilha de Itaoca.

Para a compreensão da coexistência conflituosa entre os diferentes usos do Território, na parte II do trabalho foi feita uma breve conceituação sobre o Território, Modernização e Outros saberes, tendo a pesca artesanal e seus sujeitos como estudo de caso.

Posteriormente, se tornou necessário entender à modernização em marcha no leste metropolitano, para isto, a parte III se incumbiu de fazer um breve apanhado histórico, discutindo a evolução urbana, enfatizando o município de São Gonçalo. Nesta parte, também discutimos alguns projetos que afetam diretamente a pesca artesanal na Baía de Guanabara, tanto a modernização por terra quanto no próprio território aquático.

Por último, na parte IV, caracterizamos o cotidiano dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara, delimitamos e caracterizamos a colônia Z8, entidade representativa dos pescadores artesanais do eixo Niterói – São Gonçalo, para depois caracterizarmos a Ilha de Itaoca como um território dos saberes e práticas pesqueiras, mas que também é atingido pela modernização vigente no Leste metropolitano.

Lista de Figuras

Figura I – Pescador mostrando o Puçá, Píer da Caeira em Itaoca	50
Figura II – Currais de pesca, próximo a Caeira Ilha de Itaoca	51
Figura III – Embarcações na praia da Beira, Ilha de Itaoca	55

Lista de Tabelas

Tabela I – Evolução dos estabelecimentos em Niterói e São Gonçalo(1920-1956)	23
Tabela II – Quadro produtivo de Niterói e São Gonçalo (1956)	23
Tabela III – Evolução populacional em São Gonçalo	25
Tabela IV – Rios e afluentes na Baía de Guanabara	33

Lista de Mapas

Mapa I – Município de São Gonçalo e seus bairros	27
Mapa II - COMPERJ: Área de influência direta e área de influência ampliada	29
Mapa III – Área de influência ampliada: posicionamento dos municípios por recursos físicos e humanos	30
Mapa IV – Arco metropolitano	32
Mapa V – Linha três	32
Mapa VI– Região metropolitana do Rio de Janeiro segundo domicílios e esgotamento sanitário	34
Mapa VII - Dutos de LP e suas áreas de influencia	36
Mapa VIII – Colônias de pesca na Baía de Guanabara	41
Mapa IX – Pontos de venda de pesca no leste metropolitano	43
Mapa X – Carta de corrente de maré na Baía de Guanabara	45

Mapa XII - Praia da Beira, Local de construção do Porto de Itaoca

57

Sumário

I Introdução	1
II Parte – Território, modernização e Outros saberes: breves considerações	2
II.I- O território.....	3
II.II- Os sentidos da modernização.....	6
II.III- Outros saberes: a pesca artesanal como estudo de caso.....	13
III Parte – Modernização em marcha em São Gonçalo e na Baía de Guanabara e suas implicações na atividade pesqueira	19
III.I – Modernização e reestruturação produtiva.....	20
III.II – São Gonçalo: processo de urbanização e industrialização.....	21
III.III – Modernização em marcha no município de São Gonçalo.....	27
III.III.I – COMPERJ.....	28
III.IV- Reestruturação produtiva na Baía de Guanabara.....	33
III.IV.I – O setor naval.....	36
III.IV.II – Os terminais de gás liquefeito (GLP).....	37
IV Parte – Itaoca: entre o território dos saberes e práticas pesqueiras e a modernização perversa	41
IV.I – Características da pesca artesanal na Baía de Guanabara.....	42
IV.I.I – A colônia Z8.....	44
IV.II – Ilha de Itaoca: morada e trabalho do pescadores artesanais.....	49
IV.II.I – O projeto do porto de Itaoca.....	56
V- Conclusão	58
VI – referencias Bibliográficas	59

I- Introdução

O processo de modernização da Baía de Guanabara, acompanhada do histórico processo de urbanização do Leste metropolitano, cada vez mais altera profundamente a natureza já humanizada da Baía de Guanabara. Neste sentido, a densidade de objetos técnicos orientadas por verticalidades e comandada pelos agentes hegemônicos, não levam em conta os saberes e práticas historicamente consolidadas no território aquático da Baía de Guanabara e suas margens. Lugares que historicamente a atividade pesqueira foi praticada foram precarizada pela evolução urbana dos municípios da região metropolitana e atualmente é alvo de inúmeros projetos de modernização. Assim, a ilha de Itaoca no município de São Gonçalo, de periferia da periferia do leste metropolitano é cooptado pelos agentes hegemônicos e se torna um potencial “espaço da luminosidade”.

O conceito de Território é fundamental para o entendimento dos múltiplos usos do Espaço Geográfico. A coexistência de homens, mulheres, firmas e instituições nos obrigam a pensar utilizando os conceitos e categorias da Geografia. O pensamento Espacial, trazido pela ciência geográfica, é um importante instrumento de análise do humanismo concreto, sobretudo utilizando profícua perspectiva miltonsantiana. Inobstante, encontramos na esteira do pensamento descolonial uma forma de desconstruir a modernização vigente, pois sob a luz destas perspectivas, todo processo de modernização é um processo de colonização.

Para o presente autor, o desafio de estudar a pesca artesanal foi realizada no âmbito do Laboratório de Estudos Metropolitanos, coordenado pela professora Catia Antônia da Silva. Não sendo pescador, o autor decidiu intitular os saberes práticas da pesca artesanal como Outros Saberes, pois além destes saberes serem invisibilizados pela matriz de racionalidade vigente, para o presente autor, estes saberes são exteriores, O que restou, como Geógrafo é estudar a ilha de Itaoca elucidando de forma ética, a modernização em São Gonçalo como destruidora dos saberes e práticas pesqueiras.

Parte II

**Território, modernização e Outros saberes: breves
considerações.**

As tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos, porque se tem buscado unificar e não unir. (Milton Santos)

II.1- O território

No atual momento da história, o processo de globalização imprime um ritmo de vida cada vez mais acelerado, os agentes hegemônicos ocupam um papel privilegiado nas transformações dos espaços. As exigências por novos espaços de luminosidade onde a tecnologia impera procuram diminuir as fronteiras da produção, otimizar os sistemas de transporte e comunicação, não para os sujeitos que habitam os lugares marginalizados, mas para a circulação de mercadorias e para aqueles que podem usufruir das vantagens do “mundo sem fronteira”.

Milton Santos(1995) categoricamente refunda o conceito de espaço geográfico, sendo este como sinônimo de *território usado*, ou seja, onde co-habitam homens, mulheres, firmas e instituições, não obstante, ele nos explica que o espaço geográfico (ou território usado) não é somente constituído por sua materialidade, indissocialmente o território usado pressupõe ação. É sob este signo que Milton Santos, distingue a ação sobre os lugares em dois tipos: a *horizontalidade* e a *verticalidade*. O primeiro caso “serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. (SANTOS: 1995 p.255). No segundo, se configura como “ pontos distantes um do outro, ligados por todas as formas e processos sociais(SANTOS, 1995 p. 255).

Ainda que ocorram os dois tipos de situação supracitada, o território continua sendo o mesmo.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e lugares em rede: São, todavia os mesmos lugares e que formam a rede e o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1995, p.255)

Da mesma forma que o território é o mesmo, as funcionalidades são diferentes, ações distintas de atores distintos coexistem simultaneamente no

território, cada qual possui uma maneira diferente de se apropriar do mesmo, no entanto, através do crivo da ciência moderna e dos saberes herdados, criam novas solidariedades e acontecimentos. Milton Santos (1995) classifica estes acontecimentos em três tipos: homólogo, complementar e hierárquico.

No acontecer homólogo, ocorrem similitudes quando a modernização especializa uma determinada área, delimitando a mesma através desta modernização e especialização. No acontecer complementar, dois lugares diferentes se relacionam, sejam cidade e campo ou cidade com outra cidade, através das necessidades de informação e do “intercambio geograficamente próximo” (Santos: 1995 257) Por último, o acontecer hierárquico, o domínio das técnicas é substituído pelo domínio das normas, pois se faz sob a égide de um comando, “tendem a ser concentrado e nos obrigam a pensar na produção deste comando (...)que contribuem para produção de sentido, impresso na vida dos homens e no espaço” (SANTOS, 1995, 257).

Neste momento, as verticalidades controlam remotamente grande parte do território mundial, enfraquecendo as horizontalidades, ou seja, esvaindo as relações de vizinhança e co-presença, impondo a lógica do mercado na esteira do mercantilismo, esvaindo ainda mais a capacidade dos Estados em promover melhorias sociais profundas.

Todavia, ainda que as transformações do mundo contemporâneo sobre a égide do “globalitarismo” criem objetos cada vez mais técnicos, é nas ações dos sujeitos sociais destes mesmos territórios que acontece a revanche dos sujeitos silenciados. Convergindo com o pensamento miltonsantiano, Ribeiro (1995) advoga a emanção de outros territórios, territórios estes constituídos pelos sujeitos e saberes marginalizados pela Globalização perversa.

A enxurrada de informações e produtos da lógica de mundo mercadológica, imposta pelas práticas e discursos dos agentes hegemônicos possuem um limite de abstração para a sociedade como um todo. Resistências ao pensamento único emanam por todo o mundo, Ana Clara Torres Ribeiro(1995) nos diz que

(...) o excesso de artificialismo, o pensamento operacional e instrumental encontram a oposição tanto de práticas sociais enraizadas como dos conhecimentos acumulados pelo denominado, por Milton Santos (1994), homem lento. (RIBEIRO, 1995, 265)

Ribeiro (1995) classifica a apropriação e implantação dos projetos modernizantes em três momentos: Alienação do território, Alienação territorial e Território alienado. A alienação do território é a difusão das ideologias do capitalismo, está inclinada a difusão dos objetos sobre o espaço e transformar-los em mercadoria. O segundo momento, a alienação territorial, está relacionado à ampla e rápida aceitação das classes dominantes as ideologias capitalistas. Por ultimo, o território alienado é o resultado dos dois momentos anteriores.

Compreender como os agentes hegemônicos agem no território permite a reorientação das ações dos sujeitos sociais nas lutas pela melhoria de suas condições.

Ocorre agora, numa crescente aproximação entre política e território usado (Santos 1999); entre praticas sociais e práxis, entre cultura e cultura política, entre saberes tradicionais e educação política. Nesta aproximação, pode ser reconhecida a força daqueles que resistem, no limiar da luta pela vida, à naturalização das relações sociais imposta pela ideologia dominante. (RIBEIRO, 1995, p. 267).

Em outro trabalho, Ribeiro (2005), baseada na teoria “miltonsantiana”, explica que Milton Santos ao explicitar o humanismo concreto através da imposição das regras do território do Estado e do trabalho morto, “oferecem aos vivos, uma interlocução necessária a realização dos seus desígnios. Por outro lado, o território usado é dotado de experiências e anseios daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis e antagônicos” (RIBEIRO, 2005 p. 1). É desta maneira que homens, mulheres, firmas e instituições coabitam o mesmo território, contudo, diferindo-se em sua mobilidade social.

Os tempos rápidos conduzem a uma apropriação territorial fragmentária, a enxurrada de produtos e informações imposta pela racionalidade dominante faz com que cada vez mais estejamos presos ha um simulacro. Aqueles que com poucos recursos e pouca mobilidade se apropria do território para além da mercadoria, em suma, consegue desvendar o caráter conservador da modernização do modo de civilização vigente. Neste âmbito contraditório que surgem os homens lentos, homens estes que sofrem com a racionalidade dominante e fazem deste sofrimento o seu instrumento de inteligibilidade e luta por/ pelo território.

(...) o homem lento é aquele que desvenda os recursos indispensáveis à vida. Compreendemos que o ângulo do homem lento, as potencialidades mediadoras do território propõe uma compreensão renovada da própria política, profundamente atual.(RIBEIRO, 2005, p. 2)

Inspirado no breve apanhado teórico supracitado que o presente autor buscará manter este trabalho. Contudo é necessário trazer os sentidos da modernização e os outros saberes, tendo como base a apropriação do território pela pesca artesanal.

II.II- Sentidos da modernização.

Tratar do conceito de modernização na esteira do pensamento crítico é extremamente complexo, pois o conceito vem prenhe de ideologias, ideologias estas que fazem parte da construção do projeto de nação e, por conseqüência, está profundamente arraigada no seio da sociedade brasileira. Neste sentido, a linha escolhida neste trabalho é de fazer uma análise que leve em conta o jogo de poder na luta pelo território e os sentidos excludentes da modernização. Neste sentido, Silva (2002) apoiada e Max Weber proclama:

Com o apoio na reflexão weberiana, concebemos a modernização como um projeto abrangente de transformação sócio-espacial, alimentado por ideários de inscrição do país na modernidade. Esse projeto se constitui num parâmetro fundamental para a reflexão do sentido ético (transcendência), a mundanização e a secularização - processos gerais que direcionam o agir da cultura ocidental, e, ao mesmo tempo, os contextos da dinâmica (ação) econômica imediata, como elemento orientador da qualificação profissional. (SILVA, 2002 p.21)

Ancorada nos preceitos weberianos acerca da ação social, Silva (2002) nos dá um proveitoso panorama acerca dos sentidos da secularização. No seu pensar, a secularização orienta a modernização por dar significação à vida social e, por ser uma das dimensões da vida social, modifica o espaço geográfico. Modernização e secularização são dois elementos que amoldam a modernidade por imprimirem um movimento pelo qual a história e a “salvação” se impõem na *colonização do futuro* (o projeto). Os sentidos da ação social e condução desta mesma ação são categorizados respectivamente pela transcendência e imanência.

O entendimento do racionalismo em sua relação com a transcendência (idéias que dão sentido ao agir) e a imanência (interesses e calculabilidade que conduzem a ação) é essencial à compreensão do processo de modernização territorial e modernização cultural. (SILVA: 2000 p. 151)

Edgar Morin (2007) tratando da ética na modernidade reverbera que quando ocorre o deslocamento ou separação entre religião e Estado, simultaneamente ocorre um poderoso deslocamento ético. O Estado a partir de então, impõe os seus próprios cultos tanto em períodos de guerra, onde a pátria corre riscos quanto em período de paz, quando a concorrência e competições egoístas se encontram em pauta. No contexto da globalização, a partir da insurgência do antropocentrismo, o Estado laico tenta trazer consigo uma ética universal, metacomunitária que independe de sua “identidade étnica, nacional religiosa, política”. (MORIN, 2007)

Na busca por um cabedal analítico relacionado à modernização e território, neste capítulo, tentaremos fazer um diálogo entre Edward Soja (1993) e suas “Geografias Pós-modernas” onde ele analisa o conceito de modernização, modernidade e modernismo e Milton Santos, que relaciona o conflito das frentes modernizantes com as velhas formas de pensar e agir. Feito isto, a relação da modernidade com a colonialidade é essencial para desmistificarmos o pensamento único que dá sentido a modernização, assim nos apoiamos nas lições de Carlos Walter Porto-Gonçalves acerca da construção da modernidade sistema-mundo.

Soja, um dos mais proeminentes geógrafos da escola radical estadunidense, em sua obra “Geografias Pós-Modernas”, faz coro aos autores que reivindicam o lugar do espaço na teoria social crítica. Para compreendermos o sentido que Soja emprega a modernização é necessário fazer um breve panorama da crítica que este autor faz ao pensamento historicista.

No primeiro capítulo do livro “Geografias Pós - Modernas” (1989), denominado “História: Geografia: Modernidade” Soja discorre sobre as origens das geografias pós-modernas, neste âmbito autor afirma que as “histórias de vida”¹ estão repletas de ambientes e locais que condicionam a ação, logo Soja sustenta que os historiadores são os geógrafos do passado. Não obstante, o autor faz uma genealogia do pensamento histórico ressaltando que este pensamento se edificou em um contexto marcado pela oposição

[a] os naturalismos, os empirismos e os positivismos que proclamam as determinações físicas da história, separadas das origens sociais; contra os fatalismos religiosos e ideológicos que projetam determinações e teleologias espirituais (mesmos quando são transmitidos, revestindo-se da consciência humana); e contra toda e qualquer conceituação do mundo que congele a fragilidade do tempo, a possibilidade de se “quebrar” e refazer a história. (SOJA, 1988 p 22)

Completando este pensamento, Soja(1989) define a imaginação histórica como sendo o pensamento que obscurece a imaginação *geográfica ou espacial*.

Soja assevera os primeiros olhares espacializantes da história em dois autores: Foucault (1961, 1972, 1980 e 1986) e Berger(1972, 1974 e 1980) . No primeiro caso, o autor discorre sobre a obra e a relação desta com o espaço num momento marcado pelo historicismo, reiterando que a intenção do autor é dar dinâmica e relevo aos processos históricos e a genealogia do poder. No segundo caso, a obra é demonstrada, mas o autor se apóia, sobretudo na argumentação de John Berger acerca da importância valorização do espaço na produção de narrativas, pois segundo Berger, no atual momento histórico, é o espaço (e não o tempo) que nos oculta as conseqüências.

Fazendo este breve apanhado sobre os “descortinamentos” acerca da história e do espaço na esteira do pensamento social crítico, Edward Soja deixa claro o posicionamento dele em relação aos rumos da Geografia. Neste sentido, podemos nos ocupar doravante de demonstrar o conceito de modernização que este autor elege, mas para isso é importante ressaltar que esta modernização possui um caráter civilizatório, apoiado em outros dois conceitos: modernidade e modernismo.

Embasado em Marshall Berman, Edward Soja (1993) define a modernidade num compartilhar coletivo de um sentimento compartilhado particularizando o “eu” dos “outros”.

Nessa definição, um lugar especial é reservado para as maneiras como pensamos e vivenciamos o tempo e o espaço, a história e a geografia, a sucessão e a simultaneidade, o evento e o local e o período e região imediatos em que vivemos. A modernidade, portanto, compõe-se de contexto e conjuntura. Pode ser entendido como a especificidade de se estar vivo, no mundo, num momento e lugar particulares; como um sentimento individual e coletivo vital de contemporaneidade. Como tal, a experiência da modernidade capta uma ampla mescla de sensibilidades, que reflete os sentidos específicos e mutáveis das três dimensões básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser. (SOJA, 1988 p. 34).

A modernização, como é vista no livro “Geografias Pós-modernas”, trata de se reestruturar de tempos em tempos, em suma, é uma modificação dos espaços e tempos, fazendo com que a modernidade se (re) configure, se torne mutável.

Ainda no esteio da obra de Berman, Soja(1993) define o processo de modernização, ou reestruturação da experiência da modernidade, no que chama de “perigos e possibilidades” do contemporâneo, elegemos cinco momentos importantes para o presente trabalho:

-A industrialização da produção, que transforma o conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes e destrói os antigos, acelera todo ritmo da vida e gera novas formas de poder empresarial e luta de classes;
-As imensas revoluções demográficas, que afastam milhões de pessoas de seus habitats ancestrais, lançando-as por meio mundo em direção a vidas novas;
-Os sistemas de comunicação de massa, de desenvolvimento dinâmico, que envolvem e unem os mais diversos povos e sociedades;
-Os movimentos sociais de massa do povo e dos povos, contestando seus dirigentes políticos e econômicos e optando por obter o controle de suas vidas;
-Por fim, conduzido e impulsionando todas as pessoas e instituições, o mercado mundial capitalista em permanente expansão e drasticamente oscilante. (BERMAN, 1982 apud SOJA, 1988, p.39)

O que dá o impulso e aceitação a modernização segundo Soja é o modernismo. Um conjunto de discursos e ações programáticas científicas, culturais e políticas que podem ser a resposta ou mesmo gerar a aceitação ao processo de modernização. Deste modo, o modernismo desintegra as formas de pensar e agir das modernidades anteriores e gera uma nova consciência formadora da nova conjuntura, a nova modernidade.

Soja trata os sucessivos modernismos como sendo aqueles que geram novas concepções de mundo. Entretanto, o objetivo do nosso trabalho é entender como a novíssima frente pioneira da modernização afeta as velhas formas de fazer, velhas formas estas que a modernidade está pouco afinada. Neste sentido, as lacunas deixadas por este autor (pelo menos no nosso trabalho) serão complementadas pelo professor Milton Santos (2008) quando este nos dá a noção de *tempo espacial*.

Milton Santos (2006), um importante geógrafo brasileiro que contribuiu ativamente para renovação crítica da Geografia, define o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (2006 p. 12). No livro "Espaço e método", Santos analisa os componentes que são imprescindíveis para análise do espaço, separando em categorias (a título de análise, como já foi dito!) em forma, função, processo e estrutura. Estas categorias devem ser analisadas indissocialmente, do contrário, o reducionismo causado pela não inclusão, comprometerá a relevância da pesquisa.

Ainda nesta importante obra, Milton Santos (2008) define a dimensão temporal e os sistemas espaciais no terceiro mundo. Convergindo com a idéia de modernização apresentada por Soja, Milton Santos analisa a dimensão espacial a partir da dimensão sistêmica do tempo, o tempo espacial. Os dois autores apresentam variadas conotações para idéias semelhantes, a de que o espaço é a

materialização das conjunturas temporais. Os processos de modernização, neste sentido, tendem a destruir as relações materiais preexistentes, do contrário, quando as relações anteriores resistem, fazem do espaço um mosaico de tempos distintos.

Para fazer uma interpretação das ações que remodelam a escala local, se torna necessário partir para outras escalas. Na concepção de Milton Santos, a escala mundial contribui muito mais para o entendimento dos fenômenos na escala local.

Apreender a noção de tempo para estudar a história dos lugares, não deve ser feita através da utilização de uma variável temporal isolada, ou mesmo tentar “representar situações atuais como se elas fossem um resultado de suas próprias condições no passado” (SANTOS, 2008, p. 37). A periodização é um importante instrumento de análise temporal do espaço, na concepção de Santos:

(...) essa periodização é capaz de explicar a história e as formas de colonização, a distribuição espacial dos colonizadores, a dispersão das raças e línguas, a distribuição de tipos de cultivo e as formas de organização agrícola, os sistemas demográficos, as formas de urbanização e de articulação do espaço, assim como os graus de desenvolvimento e dependência. A periodização fornece também, a chave para entender as diferenças, de lugar para lugar, no mundo subdesenvolvido. (SANTOS: 2008, p. 38)

Contudo, é em obra mais recente que Milton Santos aprofunda a relação dos sistemas temporais com o espaço geográfico. Numa breve retratação em seu livro “A Natureza do Espaço”, Santos nos revela que a questão da empiricização do tempo, formando um conjunto coerente de variáveis, de fato, dá um tempo externo a cada espaço, mas ainda faltava resolver a questão do tempo interno, era necessário um traço de união que ligasse tempo e espaço às relações societárias e foi somente materializando o tempo, através das técnicas e, por consequência, assimilar esta ao espaço geográfico que Milton Santos encontrou uma maneira coerente de unir tempo e espaço na realidade histórica.

As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma classificação precisa da materialidade sobre qual as sociedades humanas trabalham. (SANTOS, 2006, p. 33)

Não alongando a intensa reflexão que Milton Santos fez acerca do tempo espacial, cabe nesse trabalho apenas demonstrar como nova lógica inserida num determinado espaço insere novas variáveis e cria novas formas de produção e

circulação por um lado e destrói ou precariza as antigas formas de sociabilidade e de produção do outro.

Os campos de força ligados à evolução espacial podem trazer à luz alguns aspectos concernentes aos impactos das modernizações nos lugares, entendendo estes como uma combinação de variáveis espacialmente localizadas, o que define e diferencia cada lugar(tomando o escopo teórico de Milton Santos como base de análise) . Neste âmbito, a título de exemplo, a cooperação entre mercado e Estado gera fixos, sobretudo a serviço do mercado, que por sua vez geram fluxos econômicos. Assim o Estado viabiliza, orienta e direciona os projetos modernizantes no território. Na ausência do Estado, o próprio mercado fica incumbido de gerar novos fluxos .

O intenso diálogo entre Estado e mercado cria novas formas espaciais, formas estas que possuem novas funções e reestruturam todo o território, ou no dizer de Santos:

Em uma zona pioneira, dotada de infra-estrutura incipiente, a ação do Estado pode ser fundamental. Ao estado cabe criar fixos, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas os fixos atraem e criam os fluxos. Desse modo, o subsetor governamental também criam os fluxos econômicos e humanos. (SANTOS, 2008 p. 102)

O impacto modernizante num dado lugar, depende de fatores externos a este lugar e de condições preexistentes no mesmo. Como foi supracitado, o lugar é resultado da combinação particular de variáveis. Neste sentido, técnicas com idades diferentes se impõem num determinado território. Santos (2008) coloca, através de um profícuo panorama, como o novo se impõe subjungando e destruindo o velho. O velho, no dizer de Santos, está relacionado aos grupos sociais preexistentes às relações sociais “da provisão de serviços públicos, da maior parte da produção destinada ao consumo, dos transportes de massa, assim como *as velhas formas de povoamento* (SANTOS, 2008 p.106) (Grifo meu). Seus modos de vida particulares se tornam um obstáculo quando a nova ordem se estabelece ou, por vezes, é cooptado pela lógica capitalista. Por outro lado, o novo, no atual momento de produção da sociedade, é apresentado, no cerne do pensamento de Milton Santos, no casamento entre técnica e ciência “isto é, as comunicações modernas, os mecanismos de captura da acumulação e da poupança, os transportes modernos etc.”. (SANTOS 2008 p 106).

Para a compreensão da formação do território, sobretudo do território urbano-metropolitano é necessário ter o entendimento de que o projeto de modernização é criado de acordo com os interesses dos atores hegemônicos, ou seja, o poder de controle da técnica, no sistema econômico vigente, se encontra nas mãos daqueles que detêm a autoridade política e cultural para planejar e gerir os espaços, independente da distância e por consequência da variância de escalas geográficas.

Um olhar voltado para as transformações do capitalismo nas cidades dos países ditos periféricos ou (semi) periféricos, no nosso ideário, deve levar em conta os processos modernizantes como destruidores das culturas preexistentes num dado lugar, por isso, neste trabalho, o presente autor faz coro ao professor Carlos Walter Porto Gonçalves (1997) quando ele explica que os sentidos do processo de modernização não somente deve estar ligado à acumulação do capital, igualmente, estes sentidos foram historicamente e geograficamente determinados no processo de formação do sistema-mundo, sistema este que é moderno-colonial. Ou no dizer de Carlos Walter Porto-Gonçalves:

Com essa expressão quero indicar uma complexidade que incorpora outra dimensão além da acumulação do capital que sem dúvida, move a ordem capitalista. É que nessa mesma ordem procura-se legitimar como moderna o que já implica (des) qualificar, diferenciar-se uma das outras (de muitas outras) ordem de significação. Moderno e tradicional, eis outro par, além de atrasado e avançado, pelo qual essa ordem se quer fazer sentida como legítima. Uma ordem de significação que coloca o progresso, o desenvolvimento, como categoria instituinte do real (PORTO GONÇALVES, 1995 p.14)

Sem ter, a princípio, a idéia de que discriminação por cor, fenotípica e de traços foi uma maneira de legitimação da conquista e da consolidação das respectivas id-entidades geoculturais América Latina e, posteriormente Europa, nossa análise sobre os processos de modernização capitalista se perdem. A divisão racial do trabalho e, a mais antiga, divisão do trabalho por gênero foram às perspectivas capitalistas e eurocêntricas criadas para a dominação e expropriação das riquezas das colônias e a naturalização destes processos impulsionou a expansão do capitalismo planetário. Aliado a isto, fazeres anteriores ao trabalho assalariado seja servidão ou escravidão foram cooptados pelo capitalismo na América Latina. Entretanto, foi só num segundo momento de expansão capitalista

nas colônias e neocolônias que os povos ditos inferiores foram postos as margens do sistema capitalista.

A relevância de se colocar lado a lado modernidade e colonialidade desconstrói os perigos do pensamento único instituído através da matriz de pensamento eurocêntrica, não obstante, nos fornece a possibilidade de pensar sobre os sujeitos sociais e seus saberes não alinhados ao modo de civilização vigente e que também estão lutando por/ pelo território. Pois todo o processo de modernização é, também, um processo de colonização.

II.III- Outros saberes: a pesca artesanal como estudo de caso

Tratar de outras práticas e outros conhecimentos que estejam as margens do atual projeto de Brasil urbano – industrial, sobretudo se tratando da apropriação do território, é uma tarefa árdua, pois envolve uma gama de conhecimentos que não podemos encontrar facilmente na lógica vigente. Resta-nos fazer uma representação das técnicas e dos saberes pesqueiros que de conta de explicar os outros territórios. Na busca por um arcabouço teórico- metodológico que explique os saberes pesqueiros como algo complexo, nos debruçamos no pensamento de Paulo Freire (2011). Inobstante, como foi mencionado no capítulo anterior, a opção escolhida no presente trabalho, ao passo que é desvelado a modernização perversa é também demonstrar a colonialidade do saber, para isto encontramos na obra do autor des-colonial Walter Mignolo (2008) uma fonte profícua de conhecimento.

A proposição de Walter Mignolo em uma desobediência epistêmica é a chave de entendimento da opção des-colonial presente neste trabalho, ou seja, é a ruptura de um pensamento que hierarquiza sujeitos e territórios a partir da raça, trabalho e / ou opção sexual entre outras coisas. Tomando esta base de pensamento como desconstrução da colonialidade do saber que poderemos pensar no saber pesqueiro como uma atividade legítima que constrói territórios e co-existe com os territórios “iluminados” pela racionalidade vigente. De fato, abrir mão das nossas matrizes de pensamento fundadas na Europa, se não for improvável é impossível, mas é válida a tentativa de provincializar estas teorias, afinal de contas toda forma de pensar tem suas raízes históricas e geográficas determinadas.

A política de identidade dominante, segundo Walter Dignolo, tende a naturalizar as relações sociais. Em suma, existem políticas identitárias diferenciadas para mulheres, brancos, negros, heterossexuais, homossexuais, trabalhadores etc. Estas formas de políticas estão presentes nas ações institucionais dos Estados e “nos conceitos abstratos como ciência, filosofia, cristianismo, liberalismo, marxismo e assim por diante”. (Dignolo, 2008, 209). Ser homem, branco, de classe média e heterossexual é o “arquétipo natural” que permeia as políticas de identidade. Neste sentido, acrescentamos que os sujeitos subalternizados pelas políticas identitárias estão em movimento no espaço, criam territórios, ainda que estes estejam invisibilizados e silenciados. Não obstante, condicionam a vida de relações da sociedade como um todo.

A geopolítica do conhecimento é a base de entendimento dos saberes historicamente negligenciados pelo pensamento ocidental. Segundo Walter Dignolo:

Assim, por conhecimento ocidental e razão imperial/colonial compreendo o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas gregas e latinas e nas seis línguas imperiais européias (também chamadas de vernáculas) e não o árabe, o mandarim, o aymara ou o bengali, por exemplo. Você pode afirmar que razão e racionalidade ocidentais não são totalmente imperiais, mas também críticas como Las Casas, Marx, Freud e Nietzsche, etc. Certamente, mas crítica dentro das regras dos jogos impostos por razões imperiais nos seus fundamentos e categorias gregos e latinos. (Dignolo, 2008, p. 290)

As memórias e saberes de povos subalternizados sobrevivem em sujeitos e territórios historicamente invisibilizados e silenciados. Neste âmbito, a opção descolonial não é nova, pois os saberes da pesca remontam de muitos séculos no que hoje chamamos de território brasileiro através dos povos nativos, o que existe de novo é visibilidade que tem ganhado estes saberes. A emanção de agendas e redes de solidariedade com perspectivas não desenvolvimentista emana em todo o planeta (como a Via campesina e o fórum mundial dos pescadores). É no sul do mundo, nas antigas colônias e neocoloniais, que as críticas ao pensamento colonialista ganham mais força.

Para a reprodução digna da vida é preciso reescrever os territórios, línguas, saberes, técnicas de sujeitos historicamente humilhados, utilizados como mão - obra descartável nos latifúndios, que tiveram seus corpos mutilados, foram desterritorializados e suas riquezas e saberes espoliados. O pensamento de fronteira neste sentido se torna um instrumento teórico contra a racionalidade excludente do pensamento ocidental. Os conceitos da história da filosofia européia

são mono-tópico e universais, não pluri-tópicos e pluri-versais. (MIGNOLO, 2008, p. 303)

Desvendando o caráter conservador da modernização, salientamos que o espaço geográfico é uma sucessão de tempos historicamente distintos e nele coexistem atividades, sujeitos e projetos em disputas. A “reluzência” da classificação colonialista ofusca os outros caminhos e outros fazeres, invisibilizando os territórios e os sujeitos sociais que lutam cotidianamente para sobreviver. É neste contexto que os pescadores artesanais sobrevivem a diminuição cada vez maior do seu e território na inserção do Brasil na modernidade. Paulo Freire (2011) nos indica que para que aconteça um autêntico processo de autonomia se torna necessário rejeitar qualquer forma de discriminação, **seja ela racial, sexual, social e / por gênero.**

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausente da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não tem alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujam a branquitude das orações. (FREIRE, 2011, p. 37)

Não está fora de econtexto???

A atividade pesqueira é concebida pelo Estado através da lei nº 11959, de 29 de junho de 2009, como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar ou apreender recursos pesqueiros. Não obstante, a pesca artesanal é a pesca praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

A relação do homem com a água remonta as origens da vida. A interferência da água na vida do homem é constante seja no transporte, na extração de recursos minerais, como fonte de alimento etc. Em todas as formas de vida encontradas até hoje no nosso planeta se encontra a presença de água.

A pesca artesanal são atividades, técnicas e saberes passados entre os mais experientes para o mais novos através do cotidiano e da oralidade, envolve uma relação de proximidade do homem com a natureza e estão ancorados em ordens materiais e simbólicas. Descortinar, ainda que só um pouco destes saberes é uma

tarefa árdua, pois se trata de um conhecimento tradicional complexo que envolve no seu contexto técnicas de matrizes culturais distintas, peixes, ciclos lunares e mitos. Atereí a dialogar estes saberes na apropriação do território.

Paulo Freire (2011) nos indica que a prática da autonomia deve levar em conta que o ensinamento dos saberes não é apenas transferido entre o educador (no nosso caso o pescador mais experiente ou a esposa do pescador) para o aprendiz (filho do pescador) e sim, são oferecidas as possibilidades de apreensão e construção dos saberes. “É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado” (FREIRE, 2011, p.25), mas é na relação com o meio, vivenciando os processos e construindo um arcabouço cognitivo que o pescador constrói seus saberes.

Apenas a passagem dos saberes da pesca não dá conta de explicar a complexidade do processo ensino-aprendizagem. Freire (2011) explica que é fundamental a relação do aprender imbricado com a incitação da curiosidade crescente do aprendiz.

É que o processo de aprender, em que historicamente descobrimos que era possível ensinar como tarefa não apenas imbutida no aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador. O que quero dizer é o seguinte: quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto. (FREIRE, 2011, p. 27)

Os tipos de técnica variam de tempos em tempos e de lugar para lugar. Ao contrário do que se podem pensar, os pescadores artesanais não se especializam em uma técnica. Podem modificar as técnicas, aperfeiçoar, atualizar de acordo com a espécie de peixe, variância de ambiente e recursos financeiros. No espaço que hoje chamamos de Brasil, a pesca já era utilizada pelos indígenas. Com a chegada dos portugueses e povos de várias partes da África, se inserem novas técnicas no território, provocando uma confluência entre os fazeres da pesca.

Segundo Sergio Cardoso de Moraes:

(...)d[o] ajuste do pescador ao ambiente remete a compreensão que tem como base do pensamento os *saberes da tradição* (Moraes, 2005 p. 33)

E mais

Esta forma de compreensão diz respeito a saberes desenvolvidos as margens do conhecimento escolar e da ciência (Moraes, 2005 p.33)

Estes *saberes da tradição* não possuem relação alguma com as instituições criadas pela modernidade e ocidentalização do mundo – **CUIDADO COM ESTA AFIRMAÇÃO!!!** Trata-se de uma atividade em que pese menos a tentativa de dominação da natureza e mais a interação com esta. O conhecimento é passado por relação familiar e em contato direto com a natureza. No entanto, tão errôneo quanto o olhar colonialista é o olhar romântico quanto à vida dos pescadores, o presente trabalho rejeita esta visão, pois sabemos que estes homens e mulheres possuem uma vida de trabalho árdua, sobretudo no atual momento de deteriorização dos ambientes naturais e diminuição do pescado. O reconhecimento dos saberes da tradição na formação dos territórios é de suma importância no reconhecimento dos sujeitos sociais que se encontram lutando cotidianamente para exercer o seu trabalho de forma digna, mesmo que a modernização dos territórios obstaculize seu trabalho.

No decorrer dos séculos as técnicas foram sendo aperfeiçoadas à medida que a natureza foi sendo transformada, se adequando a variâncias ecológicas e climáticas. No Brasil, que possui uma costa de 8000km², o potencial pesqueiro é enorme, além de ser irrigados por grandes bacias hidrográficas, sejam nos complexos estuarinos, lagunas e lagos existem uma gama variada de espécies de peixes e conseqüentemente uma gama variada de formas e técnicas de pescar.

É através da leitura da experiência da natureza que o pescador utiliza seus conhecimentos. Na medida em que este conhecimento é passado de geração para geração, ocorre também a “transformação, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza” (MORAES, 2005 p.91). Acrescentamos que desta maneira o pescador artesanal se apropria do território utilizando-o, ao mesmo tempo, como recurso e como abrigo.

Apoiado em Edgar Morin, Sergio Cardoso de Moraes (2005) disserta sobre as armas cognitivas do pescador em intenso dialogo com o meio, ou seja, é da relação direta do homem com o meio, o que não quer dizer que esta relação se mantém num pretense equilíbrio. Nas palavras de Moraes

Pelas afirmações de Morin observamos que a relação do homem e natureza é pautada por conflitos, contradições e perdas, longe de um equilíbrio que se possa querer associar a essa relação é a partir desta concepção que discutimos através da pesca alguns modelos cognitivos de orientação espacial e territorial. (MORAES, 2005, p.91)

Assim, **suas cognições**, seus instrumentos de trabalho e seus **mapas mentais** **AFIRMAÇÕES MUITO ABSTRATAS, QUE MAPAS??? QUEM???** - são parte de sua relação com o espaço herdado e apropriação do território. O intenso diálogo com o meio através de sua atividade, de seu trabalho, da sua vida é diferente daquela que se encontra em pauta na sociedade moderna. O pescador é parte integrante da natureza. Através do princípio da incerteza, o pescador artesanal utiliza cotidianamente a sua gama de conhecimentos. Entretanto, seria ingênuo dizer que a confluência de saberes da pesca artesanal não está inter-relacionada com o os saberes da racionalidade, pois não foram somente as transformações de origem climatológica, geomorfológica, ecológica que transformaram e adaptaram a pesca artesanal. Com as transformações da sociedade, integração de territórios, aumento da concentração de pessoas; intensificação da produção e circulação de mercadorias; aumento da tecnologia; enfim, com o casamento da técnica com a ciência, a pesca artesanal também adquire novas técnicas e tecnologias. Barcos a motor e frigoríficos são exemplos de técnicas que surgiram a partir da racionalidade dominante e aumentaram a mobilidade espacial da produção pescadores.

Todavia é comum (ou se faz comum) pensarmos no que é velho se encontra cristalizado no território o “velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo (e espaço) continua novo.” (FREIRE, 2011, p.37 Grifo meu) – **sinceramente não gosto dessa afirmação!!**

Parte III

Modernização em marcha em São Gonçalo e na Baía de Guanabara suas implicações na atividade pesqueira.

*A autoridade coerentemente democrática
está convicta de que a disciplina verdadeira
não existe na estagnação, no silêncio dos
silenciados, mas no alvoroço dos inquietos,
na dúvida que instiga, na esperança que
desperta. (Paulo Freire)*

III.I- Modernização e reestruturação produtiva.

No atual contexto do modo de produção capitalista, cada vez mais estamos envolvidos numa enxurrada de informações midiáticas acerca da desregulamentação econômica, da incapacidade dos Estados em promover mudanças sociais progressistas, da flexibilização trabalhista etc. A mundialização das empresas impõe a homogeneização das técnicas, que, ao contrário de modelos produtivos anteriores, o homem (quando inserido no mercado formal) se transforma num mero apêndice das máquinas. O des-locar, com o advento do meio técnico – científico – informacional produz novas geografias, o matar e o desmatar, parafraseando o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, é um fator imprescindível na constituição desta matriz de racionalidade, que se julga universal, pois a natureza se transforma numa mercadoria, assim como o próprio homem.

Uma análise da modernização nos lugares deve levar em conta que se não for acrescentado a terra na dialética binária capital/trabalho, a análise sobre o capitalismo e os saberes subjugados por este, se torna reducionista, pois a natureza se torna um mero recurso de expansão do capital.

A reestruturação produtiva é uma das faces da alienação do território. O *evento* (re)configura os movimentos da sociedade, inserem novos hábitos, corporeidades aos trabalhadores e provocam conflito com os modos de vida anteriores. Periodizar todo este movimento é essencial para delimitarmos a ruptura do modelo produtivo anterior e, por conseguinte, ter o entendimento das ações modernizantes que se inserem em São Gonçalo particularmente. Nesta linha, o presente capítulo está incumbido de analisar a reestruturação produtiva articulando com a evolução urbana de parte do território de São Gonçalo para a melhor

compreensão da coexistência de atividades modernas no leste metropolitano com o saber pesqueiro em Itaoca.

III.II – São Gonçalo: processo de urbanização e industrialização

O território brasileiro é marcado por desigualdades regionais que, ao longo da história, contribuiu para formação de uma complexa rede de lugares distintos economicamente e culturalmente. O avanço contínuo da sobreposição da técnica à natureza foi de fato essencial para integração das cidades no Brasil que cresceram, por um longo período, pautados em lógicas distintas.

É notável a tentativa das ciências sociais em buscar respostas a formação do território brasileiro através da periodização, cada qual seguindo seus pressupostos teórico-metodológicos. Tendo isto em vista, a busca por variáveis-chaves irá comandar os esforços investigativos nos recortes temporais. Na concepção de Milton Santos, cada sistema de eventos encontrados é denominado período.

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. E a falência desta última, açoiada por uma evolução brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que entrou em um novo período. (SANTOS: 2003, p.24)

Contudo, não é da pretensão deste trabalho fazer uma análise da historiográfica, sequer da geografia, da modernização em São Gonçalo, entretanto reconhecer alguns processos formadores da urbanização e industrialização desta região se faz necessário para prosseguirmos no nosso recorte metodológico, que tem a função salientar sobre a coexistência entre a modernização em São Gonçalo a territorialidade do saber pesqueiro artesanal na ilha de Itaoca.

A industrialização e urbanização em São Gonçalo estão intimamente relacionadas com os antigos caminhos para o norte fluminense. Pedro Geiger(1958) assinala para uma importante estrada, “a estrada geral”, que partia de São Gonçalo, até então um centro da Zona Rural com numerosos engenhos de açúcar e aguardente, para Campos no norte fluminense. O Brasil era considerado um grande arquipélago formado por regiões e circuitos econômicos que evoluíram de forma autônoma em relação às demais províncias.

Em âmbito nacional, com a construção das ferrovias em meados do século XIX, o território passa a se modernizar. A necessidade de escoar a produção oriunda do café proporcionou que São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais experimentassem uma melhoria nos transportes. Segundo Milton Santos

O estado de São Paulo se torna pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a explicação pode ser buscada tanto no sistema de engenharia (materialidade), quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. (SANTOS: 2009, p. 29)

A mola propulsora da urbanização, ainda no século XIX, são as ferrovias. No Rio de Janeiro e seu entorno imediato, a rede de ferrovias impulsiona o desaparecimento da economia canavieira remanescente. Em Niterói e São Gonçalo, as grandes fazendas foram sendo substituída por pequenas e médias propriedades que cultivavam gêneros alimentícios, sobretudo a fruticultura. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro (até então distrito federal) e Niterói (até então capital estadual), aliado a facilidade de transportes incitam o aumento da ocupação e industrialização de São Gonçalo.

Na industrialização pretérita de São Gonçalo destacam-se os estaleiros e as olarias, Pedro Geiger salienta que

(...)os primeiros se desenvolveram no século passado [século XIX] , quando Mauá fundou os estaleiros da Ponta da Areia em 1845 e tendo mais tarde firmas estrangeiras se estabelecendo. Esta indústria se localizou inicialmente junto ao morro da Armação, ao norte de Niterói onde penetra um mar profundo e calmo, espalhando-se pelas ilhas da redondeza. As olarias disseminaram-se desde um passado distante procurando aproveitar a tabatinga das planícies e o barro das colinas. Ao contrario dos engenhos, a indústria da cerâmica permaneceu até os nossos dias [1958] (GEIGER, 1958, p. 497)

È entre as décadas de 1920-1940 que se intensifica o parcelamento de terras em Niterói e São Gonçalo, como foi supracitado aumentam-se as propriedades fruticultoras e outros loteamentos do tipo urbano. O mercado da laranja ainda manteve algumas fazendas fruticultoras. Entretanto, a partir crise capitalista de 1929, a queda das exportações da laranja provocou grande liberação da mão-de-obra da agricultura para as indústrias localizadas na capital e seus subúrbios,

destruindo as antigas paisagens rurais, redundando na urbanização e industrialização em São Gonçalo.. O governo estadual atuou incentivando a instalação de fábricas, diminuindo e, até mesmo, isentando de impostos as indústrias que se instalassem em território fluminense. Enquanto isto, no município de São Gonçalo, o poder político local cooptado com a antiga elite fazendeira da cidade, criam através da assinatura do *termo de compromisso*, acordo firmado entre o loteador (na maioria das vezes antigos fazendeiros) com a prefeitura, “onde o primeiro se encarrega de executar devidas obras no loteamento (terraplanagem, nivelamento, abertura de rua, drenagem, etc.) para assim obter a aprovação na planta e poder comercializar os lotes já com a planta aprovada pela Prefeitura.” (FREIRE: 2002 15).

Em meados do século passado, no final da segunda grande guerra, o mundo passa a experimentar um novo período, marcado pela intensificação tecnológica, modernização dos transportes e da comunicação, o que Milton Santos(1996) chama de meio técnico – científico – informacional entra em cena. Sob a égide do Estado, no Brasil, ocorre o aumento do poder de consumo; os trabalhadores urbanos passam por um breve momento de estabilidade financeira; aumenta-se a produção devido à modernização tecnológica; o fluxo de pessoas, informações e mercadorias se intensifica e a concentração de atividades industriais aliadas as péssimas condições de vida no campo trazem grandes levas de camponeses desapropriados a buscarem emprego e moradia nas grandes cidades, sobretudo nas metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Este aumento ou “inchaço” das grandes cidades não foi acompanhado da melhoria dos equipamentos coletivos e serviços urbanos, o que as levou a passarem por um processo de periferização e favelização. Neste âmbito, Niterói e São Gonçalo (**Tabela I**) foram dotados de uma infra-estrutura Industrial diversificada.

Tabela I: Evolução dos estabelecimentos industriais em Niterói e São Gonçalo.(1920-1956)

ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS	PERÍODO DE FUNDAÇÃO			
	1920-1930	1930-1940	1940-1948	Depois de 1948
Em Niterói	14	34	77	102
Em São Gonçalo	6	7	23	21

Fonte: Geiger, Pedro. A urbanização e industrialização na orla oriental da baía de Guanabara apud IBGE 1953.

Partindo de São Gonçalo todas as manhãs e só voltando à noite, neste período, grandes levadas de trabalhadores partem e voltam para trabalhar em Niterói e na cidade do Rio de Janeiro. Apesar do aumento do número de estabelecimentos entre 1920 a 1948 a maior parte dos operários residentes em São Gonçalo trabalhavam na capital do Estado fluminense (Niterói) ou no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Entretanto, São Gonçalo ganhava de Niterói na questão da produtividade das fábricas (Tabela II).

Tabela II: Quadro produtivo de Niterói e São Gonçalo(1956)

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Energia elétrica, combustíveis e lubrificantes	Valor da produção	Fábricas que produzem mais de US\$ 600 000,00
Niterói	191	11 028	Cr\$ 52 613 000,00	Cr\$ 1 013 093 000,00 US\$ 12 644 000,00	7
São Gonçalo	70	6 893	Cr\$ 105 995 000,00	Cr\$ 1 254 013 000,00 US\$ 15 700 000,00	6

Fonte: Geiger, Pedro. Urbanização e industrialização na orla oriental da baía de Guanabara apud IBGE 1953.

A partir da década de 1950, a intensificação das estradas de rodagem no Brasil culmina nas primeiras linhas de ônibus nas cidades de Niterói e São Gonçalo, o poder público em São Gonçalo isentava em cinco anos de impostos as empresas que circulassem dentro das municipalidades, proporcionando a maior mobilidade

intra-municipal. A decadência dos bondes, a necessidade de ligação de transporte com Niterói e o Rio de Janeiro para os trabalhadores nos indica a dependência de São Gonçalo a estes municípios, Geiger (1958) em suas observações acerca da mudança da paisagem rural para a urbana na orla oriental da Baía de Guanabara já assinalava que

Niterói como centro administrativo do estado, é também um centro comercial razoavelmente desenvolvidos com lojas elegantes e bairros aristocráticos.

São Gonçalo ao contrário, tem o caráter mais suburbano; seu comércio suburbano se encontra vivo no “Rôdo”, praça local, ou em alguns trechos das estradas-ruas; seu casario, em geral de um só pavimento, apresenta-se disperso. Tal dispersão deve ser explicada pelos interesses nos loteamentos das antigas propriedades rurais, que determinam uma expansão desordenada e rápida, não acompanhada de melhoramentos urbanos. Poucas ruas são calçadas, transformando em lamaçais nos dias de chuva, tendo a cidade além disso, extensos trechos desprovidos de esgoto e água encanada.

Os precários serviços urbanos de São Gonçalo apresentam ao observador um contraste chocante com a riqueza e a produção da produção industrial. (GEIGER: 1956,p. 509)

Enquanto o município de Niterói crescia verticalmente, São Gonçalo crescia horizontalmente graças a permissividade do poder público na criação de loteamentos irregulares e ausência de uma lei de restrição de uso do solo urbano. Até 1960, São Gonçalo ocupava um lugar de destaque na produção industrial, o *boom* imobiliário continuava. Nos dias atuais ainda existem inúmeros loteamentos clandestinos. Mendonça (2007) atenta para os fatos importantes que contribuíram ainda mais para a atração de trabalhadores:

Dentre estes fatores vale destacar a expansão e influencia de Niterói como capital do antigo estado do Rio de Janeiro até a fusão dos Estados em 1975, a eleição do gonçalense Geremias de Mattos Fontes para o governo do Estado em 1967-1971, o declínio da agricultura local, a construção da Ponte Rio Niterói e as mudanças na legislação da década de 1960 que permitiram o boom dos loteamentos além dos fatores internacionais como as guerras e as migrações por exemplo. (Mendonça, 2007, p. 48)

A partir da década de 1970, as inflexões do capitalismo em âmbito mundial resultantes das sucessivas crises do petróleo, provocaram a ruptura do Estado de bem-estar-social nos países centrais e do nacional desenvolvimentismo nos países (semi) periféricos. O capitalismo flexível entra em cena e grandes pólos industriais entram em falência como consequência da intensificação do que Milton Santos

chamou de guerra dos lugares, novos territórios são cooptados pela lógica dominante, a classe média vê o seu poder de consumo diminuir cada vez mais e imensos bolsões de pobreza e obsolescência são observados tanto nos países centrais quanto nos ditos periféricos. Ao passo que se criam novos espaços da luminosidade, se criam espaços de obsolescência. A transferência do distrito federal para Brasília não acompanhada de investimentos no município do Rio de Janeiro e seu entorno provocou a falência e a fuga das indústrias, aumentando o desemprego e criando novos bolsões de pobreza. Em São Gonçalo não foi diferente, aliado a isto algumas variáveis particulares se encontram em pauta, como o não acompanhamento do crescimento dos loteamentos pela melhoria da infra-estrutura urbana.

Com a institucionalização da região metropolitana em 1975, um novo estado é criado através da fusão da cidade do Rio de Janeiro(que durante muito tempo foi município neutro, Distrito federal e depois estado da Guanabara) foi elaborado o plano diretor da cidade de São Gonçalo pela FUNDREM (fundação de desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

Na década de 1980, enquanto Niterói passa por uma profunda mudança urbana orientada pela especulação imobiliária, loteando terrenos para a elite na região oceânica, São Gonçalo sofre com a estagnação econômica e instabilidade social, apesar do aumento da produção das Indústrias de conservas e do químico farmacêutica (Respectivamente Quaquer e B-Braun) . Por muito tempo a cidade de São Gonçalo carregou o estigma de “cidade dormitório”, ou reservatório de mão –de – obra para o município de Niterói ou o no núcleo metropolitano, o município do Rio de Janeiro. A falência ou saída das indústrias transformou e precarizou grande parcela do território em São Gonçalo. Enquanto isto, a população continuou crescendo com a inauguração do trecho Niterói – Manilha da BR 101 (**Tabela III**)

Tabela III- Crescimento populacional de São Gonçalo (1940-2010)

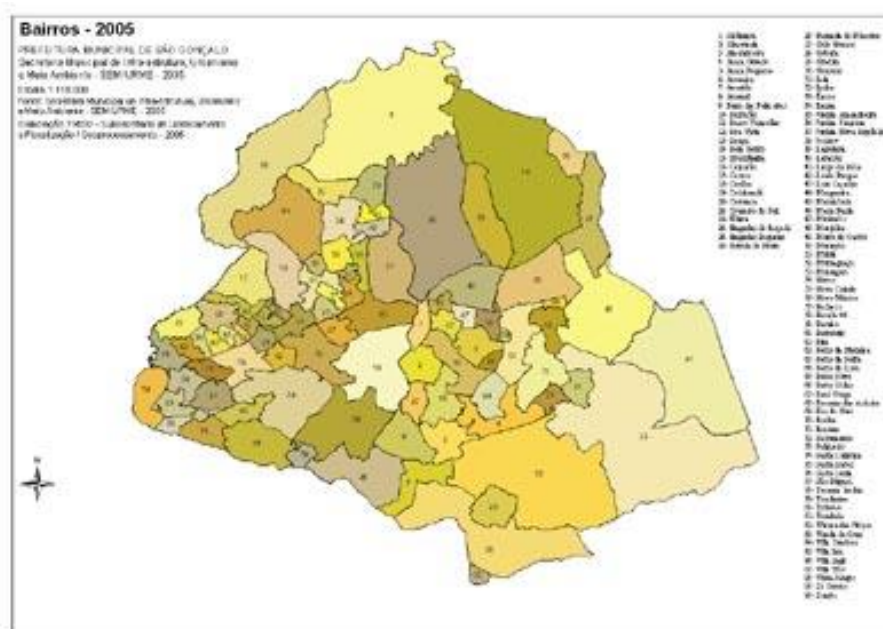
Ano	1940	1950	1960	1965	1970	1991	2000	2010
População	85.521	127.267	244.614	329.674	527.671	742.458	891.119	999.901

Fonte: Censos do IBGE.

Para o entendimento do processo de ocupação urbana em São Gonçalo é necessário levar em conta que os fatores desencadeadores desta, está intimamente

ligados as Indústrias que se instalaram no município, as estradas de ferro e, posteriormente, as estradas de rodagem (BR101 e RJ 104). Os bairros centrais foram constituídos com a chegada das indústrias, sobretudo os bairros do distrito de Neves, principal área industrial, ou no centro administrativo no distrito de São Gonçalo e nas proximidades do principal Centro comercial (Alcântara). Por outro lado, a formação dos bairros periféricos foi orientada pelas rodovias, o bairro do Gradim, Pontal e Itaoca, são núcleos pesqueiros que foram transmutados em periferia urbana do município de São Gonçalo (**MAPA I**).

MAPA I: Município de São Gonçalo e seus Bairros



Fonte: www.saogoncalo.rj.gov

Doravante, mostraremos a modernização em marcha nestes municípios ressaltando sempre as implicações desta, com a atividade pesqueira na baía de Guanabara, tendo os pescadores artesanais de Itaoca como estudo de caso.

III.III-Modernização em marcha no município de São Gonçalo.

A partir da década de 1990, o mundo passa a experimentar um período marcado por uma nova (des) ordem sob a égide da globalização econômica. A economia fluminense, por um lado, sofre um processo de enxugamento do Estado,

decorrente de políticas econômicas neoliberais e por outro o aumento da economia devido à

atração de capitais externos por causa das privatizações, dos investimentos no setor de comunicações, da estruturação do pólo de automotriz no vale do Paraíba, da constituição de um pólo de moda íntima na Região Serrana e de hortaliças e oleicultura, além do expressivo crescimento da produção e do beneficiamento do petróleo e do gás da Bacia de Campos, no norte do Estado (Guichard et AL: 2006, p. 344)

A modernização galopante do estado do Rio de Janeiro é fruto das mudanças conjunturais provocadas pelas políticas de desregulamentação da economia. Neste ponto de vista, os projetos de modernização são postos em prática através da criação de uma infra-estrutura que propicie a rápida circulação de mercadorias, mas também através da publicidade e do marketing que gera a alienação territorial.

Em Niterói e São Gonçalo ocorre a revitalização do setor naval, empregando um contingente reduzido de trabalhadores em relação às décadas anteriores. No eixo Barreto-Neves, bairros conurbados de Niterói e São Gonçalo, é criada uma “ilha de serviços” com a chegada do Carrefour, Sam’s Club, Mc Donald’s etc. Já na década de 2000, em São Gonçalo é inaugurado dois Shopping centers, o São Gonçalo Shopping Rio (2004) as margens da Niterói - Manilha (BR 101) e o Boulevard shopping (2010) no centro administrativo do município. Novos empreendimentos imobiliários são criados nos dois municípios, tanto para as classes abastardas quanto para as classes populares, devido à iminência da construção do Complexo petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no município de Itaboraí.

III.III.I- COMPERJ (Complexo petroquímico do Rio de Janeiro)

Na (re) construção do território pelos projetos em disputa, são contestados futuros através do evento, categoria “miltonsantiana” que designa a ruptura completa de pensamentos e ações. Neste idear, há uma quebra de determinadas crenças e discursos que legitimavam a condução e o sentido da sociedade e dá passagem a novas formas de pensar e agir. Por conseqüência, homens, mulheres, firmas e instituições remodelam o espaço em prol da nova consciência, consciência esta que também é condicionada pelas relações socioespaciais.

O Complexo petroquímico do Rio de Janeiro, segundo o site do empreendimento, é o maior investimento feito pela história da Petrobras. Tendo em

vista que só está previsto para começar a operar em 2014, o projeto do COMPERJ provoca uma reorientação territorial nos municípios envolvidos diretamente e indiretamente (**MAPA II**). Com o objetivo de traçar estratégias referentes à divisão dos benefícios econômicos gerados pelo empreendimento, onze municípios se uniram criando o consórcio do leste metropolitano (CONLESTE). Niterói, São Gonçalo, Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Casemiro de Abreu Magé, Silva Jardim e Guapimirim se articularam em busca da obtenção de vantagens políticas e econômicas individuais.

MAPAII-COMPERJ: área de influencia direta e área de influencia Ampliada



Fonte: Sistema FIRJAM.

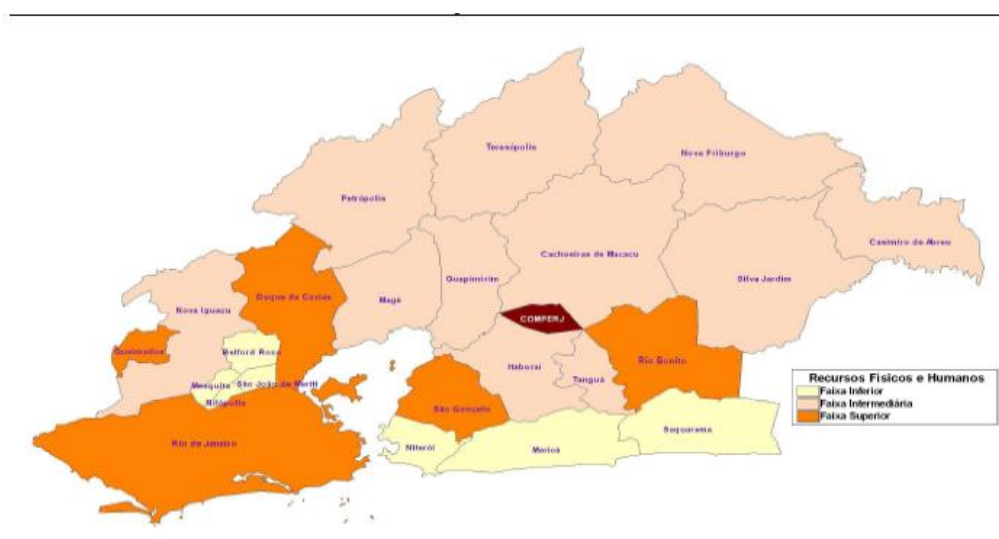
O COMPERJ trata-se de uma grande indústria de base, constitui-se de uma unidade petroquímica de refino e um conjunto de unidades de segunda geração. Contudo, infelizmente este empreendimento está a serviço da acumulação de uma pequena parcela da população total destes municípios. A quantidade de emprego oferecida pela indústria (200 mil diretos, indiretos e por efeito-renda) não condiz com a exigência de mão-de-obra qualificada neste grande empreendimento. A cidade corporativa baseada na acumulação se impõe em detrimento da cidade social.

A condução e os sentidos da modernização são percebidas através do mundo do trabalho, o pensar e o agir são orientados por uma visão de mundo condicionada

pela inserção da sociedade no projeto de modernidade. Neste sentido, no período técnico- científico – informacional, tão bem descrito por Milton Santos(1996), exige que os trabalhadores estejam permanentemente inseridos através da qualificação. Uma relação paradoxal é imposta: de um lado a racionalidade cada vez mais obriga, através do discurso e da prática, ao trabalhador a se qualificar e se especializar para conseguir se “manter no mundo do trabalho”, de outro, à diminuição dos postos de trabalho se encontra em pauta na ordem do dia. Assim, os agentes da modernização tornam fluidos os espaços, criam espaços dotados de infra-estrutura para o melhor proveito da produção, transporte e circulação da produção.

São Gonçalo assume uma posição de protagonista na logística do COMPERJ, além de receber inúmeros investimentos imobiliários também recebe um centro de integração do complexo petroquímico, com o objetivo de capacitação da mão-de-obra para trabalhar nas indústrias (**MAPA III**). Inobstante, receberá a CEPAL (central de escoamento de produtos líquidos); um Porto localizado na praia da Beira em Itaoca e uma estrada de 8 km ligando o Porto de Itaoca ao COMPERJ. (Voltaremos a este assunto na próxima parte deste trabalho) além de inúmeras indústrias atraídas pelo COMPERJ .

MAPAIII- Área de influência ampliada: Posicionamento dos municípios por recursos físicos e humanos.



Fonte: sistema FIRJAM

Na concepção de David Harvey (2005) o transporte é um importante fator no movimento de acumulação do modo-de-produção capitalista, pois ele é ao mesmo tempo produzido e consumido no seu uso. Além disto, este autor nos coloca que a redução dos custos reais da circulação da produção é imprescindível para a produção capitalista, desta maneira, pretende-se aniquilar o espaço pelo tempo.

O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produtos direto possa ser realizado em grandes quantidades em mercados distantes e em grandes quantidades” (Harvey, 2005, p.50)

A orientação dos agentes hegemônicos são para os homens se tornarem mais rápidos e absorverem cada vez mais informações, a lógica do produtivismo é implementada. Um conjunto de fluxos e fixos permitem a concretização da modernização, complementarmente, um conjunto de valores, crenças e discursos dão sentido a esta mesma modernização. Assim, a mídia local destas cidades noticia à chegada do “progresso” que gerará empregos na região do COMPERJ, a alienação do território é rápida, a produção das esperanças da população aumenta, sobretudo para a população mais pobre. Esta propagação da mídia foi e está sendo fundamental para a implementação dos grandes projetos no leste Metropolitano. Outro fator de suma importância é a criação das logísticas do escoamento da produção do COMPERJ que passará pelo arco metropolitano, previsto para inaugurar em 2012, uma via que integrará o município de Itaboraí passando por Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, Nova Iguaçu chegando ao Porto de Itaguaí. Com objetivo de integrar as rodovias que cortam o Estado (BR 040, BR 101, BR 116, BR 493 e 495) este empreendimento tem a extensão de 70 km, é considerada uma obra estratégica para dinâmica do COMPERJ, pois além de escoar a produção é um dinamizador da ocupação urbana e ligação entre outros investimentos em marcha na metrópole. (**ver MAPA VI**). Desta forma, o território é remodelado a serviço do grande capital.

MAPA IV- Arco Metropolitano



Fonte: <http://www.aleporto.com.br/blog.php?post=366&tema=6>

Não obstante ao Arco metropolitano, existe o projeto de construção da linha 3 do metrô, que tem o seu percurso previsto para ligar o largo do carioca (no município do Rio de Janeiro) a Visconde do Itaboraí (município de Itaboraí), passando pelas pelos municípios de Niterói e São Gonçalo. A extensão de toda linha é de aproximadamente 36 km, com 17 estações, o projeto deverá atender 1,6 milhões de pessoas. Este projeto será elaborado em dois lotes, o lote I (Rio de Janeiro – Niterói) e lote II (Niterói- Guaxindiba) (**MAPA V**).

MAPA V- Linha três.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=413143>

III.IV-Reestruturação produtiva na Baía de Guanabara.

Compreender a dominação da natureza e da sociedade pelos processos civilizatórios e modernizadores é despir o colonialismo de seu manto embelezador. Coronil nos fornece uma interessante perspectiva em relação à natureza do descolonialismo quando inclui a terra no par binário capital/ trabalho proposto pelo marxismo, segundo este autor, esta é a melhor maneira de entender o processo de geração de riqueza como intercambio entre a natureza e o fazer humano.

A partir desta perspectiva pode-se apreciar mais amplamente o papel da natureza como uma força geradora de riqueza e de modernidade, sem reduzi-la, como faz a economia convencional, a um fator de produção. (Coronil, 2005,p. 106)

Para Coronil, a inseparabilidade dos processos sociais e naturais consiste numa fundamental relevância no desvelar da violência estrutural do capitalismo. Por isto, inobstante aos vários projetos supracitados na presente parte deste trabalho, diferente dos projetos localizados no entorno da Baía de Guanabara, existe o projeto de reestruturação em marcha no território aquático da Baía de Guanabara. Essas atividades, tanto do entorno quanto dentro da Baía de Guanabara, fazem parte de um amplo plano de produção de energia no Brasil e estão intimamente interligadas entre si. Todavia, essa modernização aliada à evolução histórica dos municípios do leste metropolitano sem o acompanhamento qualitativo dos serviços públicos e equipamentos coletivos, pode gerar ainda mais precarização da atividade pesqueira na Baía de Guanabara.

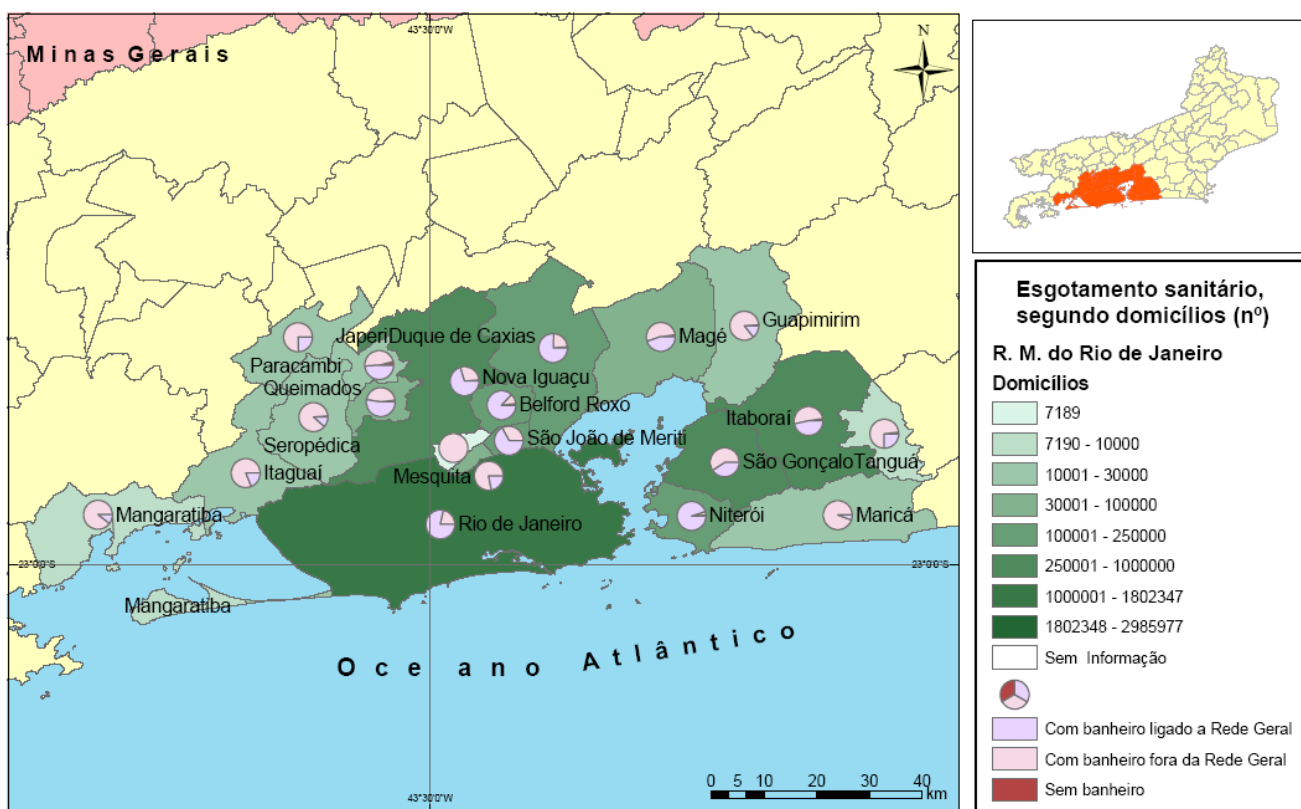
A Baía de Guanabara é caracterizada por sua entrada estreita entre “morros e penhascos rochosos” (Geiger, 1958)no seu gargalo a Baía abre com maior largura a NE e maior profundidade a SW. Os primeiros colonizadores estrangeiros a chegarem acreditaram que era a foz de um rio. As terras imersas da Guanabara correspondem a um trecho das baixadas situadas entre a serra do mar e os maciços costeiros invadidos pelo mar. (Geiger, 1958)

A bacia hidrográfica da Baía de Guanabara é composta por 16 municípios do Estado do Rio de Janeiro (10 integralmente e 6 parcialmente): São Gonçalo, Niterói, Rio de Janeiro, Magé, Guapimirim, Itaboraí, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Tanguá, Petrópolis, Cachoeira de

Macacu e Rio Bonito. Entre estes municípios apenas os 7 primeiros fazem limite com a Baía de Guanabara.

Entre as unidades hidrográficas da orla oriental que deságuam na Baía de Guanabara podem ser destacados o canal de Magé, Guapimirim, Imboassú, Bomba, Alameda, Canto do Rio e Canal de São Francisco (**ver Tabela IV**). A maioria destes rios se transformou em vazadouros, suas nascentes foram comprometidas e em suas margens densamente habitadas se transformaram em esgoto e vazadouros de dejetos industriais e domésticos. Historicamente, o poder público destes municípios não se preocupou com o planejamento integrado das bacias hidrográficas e o planejamento habitacional. A consequência disto é, entre outras coisas, a falta de saneamento básico por parte destes municípios (**MAPA VI**).

MAPA VI : Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo número de domicílios e esgotamento sanitário- 2000



Fonte: Base de informações do Censo Demográfico 2000: resultados da amostra por município. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM

Tabela IV- Rios e Afluentes que desáquam na Baía de Guanabara.

UNIDADE HIDROGRÁFICA	RIOS CONSTITUINTES	AFLUENTES
Enseadas de Botafogo e Flamengo	Rios Carioca, Berquió, Banana Podre e Trapicheiro	-
Canal do Mangue	Canal do Mangue	Rios Catumbi, Joana, Maracanã, Faleiro, Berquió e Comprido
Canal do Cunha	Canal do Cunha	Rio Faria-Timbó e Jacaré
Rio Irajá	-	-
Rio Acari (Meriti)	Rio Acari (Meriti)	Rio Pavuna
Rio (canal) Sarapuí	Rio (canal) Sarapuí	-
Rio Iguaçu	Rio Iguaçu	Rios da Bota, (canal) Tinguá, Capivari e Pilar
Rio Estrela	Rio (canal) Saracuruna	-
-	Rio Inhomirim	-
Rio Suruí	-	-
Rio Iriri	-	-
Canal de Magé ⁽¹⁾	Rio Roncador ⁽²⁾	Córrego do Sossego, Rio do Pico e Córrego do Sertão
-	Canal de Magé	Canal de Magé-mirim
-	Guapi – Guapi-mirim	Rio Soberbo
Guapi – Guapi-mirim – Guapi-açu – Macacu	Guapi-açu	Rio Duas Barras, Paraíso e Iconha, Rios São Joaquim, Bela Vista, Bengala, Soaninho, das Pedras, Pontilhão e Alto Jacu
-	Macacu ⁽³⁾	-
Rio Caceribu ⁽⁴⁾	Rio Guaraí	Rios Cachoeira, Guaraí-mirim, Bonito e Córrego Tambicu, Rio Tanguá e dos Duques
-	Rio Caceribu	Rios Mutondo, Alcântara, Goiana, Salgueiro e Camarão
Rio Guaxindiba	Rio Imboassu e valas	-
Rio Imboassu	Rio Bomba e valas	-
Rio Bomba	Canal da Alameda	-
Canal da Alameda ⁽⁵⁾	Várias valas	-
Centro de Niterói	Canal Canto do Rio	-
Canal Canto do Rio ⁽⁶⁾	Canal de São Francisco, valas que fluem para enseadas de Charitas e Jurujuba	-
Canal de São Francisco	-	-

Notas: ⁽¹⁾ Anteriormente denominado Rio Magé-mirim.

⁽²⁾ Também chamado de Santo Aleixo. Conhecido no passado como Rio Magé.

⁽³⁾ Na década de 30 o Canal de Imunana, ligando o Rio Guapi-mirim com o Rio Macacu, a partir da confluência deste com o Rio Guapi-açu. Deste modo, parte das águas do Macacu escoam pelo Guapimirim.

⁽⁴⁾ Antigo afluente do Rio Macacu, o Rio Caceribu desde a década de 30 tem uma desembocadura própria artificial.

⁽⁵⁾ Conhecido também como Canal do Fonseca.

⁽⁶⁾ Conhecido também como Canal Ari Parreiras, antigo Rio Icarai.

Fonte: SEMADS, 2001

Com o processo de evolução urbana não acompanhada de uma infraestrutura básica para a moradia digna nestas cidades, fez com que estes rios se tornassem meros vazadouros de lixo e esgoto de todo tipo, além da criação de diversas estratégias de moradias, tanto da população de classe baixa com o desmatamento das encostas das colinas e criação de aterros impróprios para moradias, quanto da ação direta do aparato estatal com destruição do mangue para a criação de aterros. No dizer de Malta (2005)

Dos 257 km² originalmente cobertos por manguezais da Baía de Guanabara, restam apenas 82 km² representando uma perda de 68,9 % .
A superfície original da Baía de Guanabara sofreu uma redução de 30% devido a novas áreas de urbanização. Das 188 ilhas que existiam em 1500, só restam 127. Tais interferências no ambiente natural causam sérias alterações no sistema de circulação das águas, reduzindo a capacidade de autodepuração da Baía e causando danos a vida aquática. (MALTA, 2005: 29)

As populações que sobrevivem as margens desses vazadouros são obrigadas a conviver com inúmeros problemas de infra-estrutura urbana, são jogadas a sorte. Na foz destes vazadouros, estão inúmeras habitações, embarcações e sujeitos que sobrevivem da pesca artesanal, sujeitos que apesar do abandono e invisibilidade, exercem as suas atividades no território da Baía de Guanabara.

III.VI.I-O setor naval

O surgimento da indústria naval Brasileira remonta ao século XIX quando o Barão de Mauá instala a primeira estaleiro do país na Ponta D Areia em Niterói.

No começo dos anos de 1960, a partir do plano de metas implementado pelo governo de Juscelino Kubitschek, a indústria naval pesada se instala no Brasil, através da lei 3.381 de 24 de abril de 1958 que propiciou a criação do fundo da marinha mercante (FMM) e a taxa de renovação da marinha mercante (TRMM). Estes recursos eram captados pelo banco nacional de desenvolvimento econômico (BNDE) e administrados pela comissão da marinha mercante (CMM) que arquitetava

os planos de construção naval. Não obstante, a modernização dos estaleiros também foi incluída nos planos de modernização naval.

Através do modelo econômico que aliava capital privado nacional, internacional e estatal nacional houve um grande aumento da atividade naval na Baía de Guanabara a partir da década de 1960, chegando ao seu auge na década de 1970 alcançando o segundo maior parque naval do mundo em volume de processamento do aço, perdendo apenas para o Japão.

Nos anos de 1980 o setor naval brasileiro passa por um profundo recrudescimento devido às fortes crises do Petróleo geradas na década anterior aliado a crise dos principais armadores estatais (Petrobras e Vale do Rio Doce). Nos anos de 1990 a abertura econômica do setor naval expôs às indústrias brasileiras a concorrência internacional no setor. Ficou claro a incapacidade do setor naval em competir com as pujantes multinacionais.

O quadro só foi modificado a partir da criação da lei do Petróleo (lei 9478, de 06 de agosto de 1997) que abriu o mercado de exportação e refino para outras empresas além da Petrobras. Deste modo, a própria Petrobras liderou o mercado de contratação dos serviços de apoio marítimo, o que gerou a contratação de estaleiros locais. O incentivo da Petrobras a contratação de estaleiros locais propiciou a modernização do setor naval na Baía de Guanabara.

Apesar do incremento econômico gerado pela reativação do setor naval na Baía de Guanabara, trouxe também uma conseqüência negativa ao setor pesqueiro artesanal, pois o despejo dos dejetos industriais aumentou a poluição da Baía de Guanabara provocando a diminuição do pescado e fazendo com que os pescadores artesanais busquem estes cada vez mais distantes, por vezes arriscando suas vidas

III.IV.II- Os terminais de gás liquefeito petrolífero (GLP)

A construção dos dutos da PETROBRAS no território aquático da Baía de Guanabara, aliado a manutenção na refinaria de Duque de Caxias marca um novo período de reestruturação industrial em âmbito nacional, pois trata-se de um projeto político de antecipação da produção de Gás (PLANGAS) do governo federal, criado pelo conselho nacional de política energética (CNPE). De acordo com Catia Antônia da Silva (2010) este plano foi criado

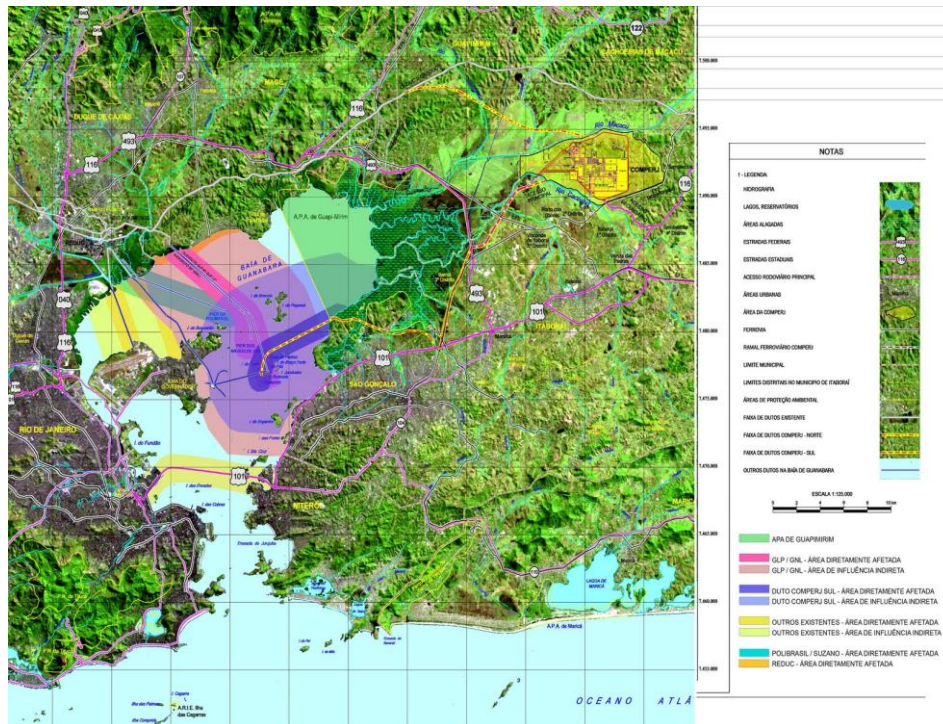
(...) devido à situação instável que se encontrava o setor de gás nacional, e devido ao objetivo de diminuir os riscos associados ao fornecimento de gás na Bolívia. Portanto, trata-se de um esforço nacional para antecipar os projetos de gás natural na Região Sudeste. Esse esforço está aliado ao plano de negócios 2007-2011 da Petrobras que envolve as áreas de Exploração e Produção (E&P), Gás, energia e abastecimento, além da engenharia CENPES e transpetro. A petróleo brasileiro S.A. (SILVA, 2010 p. 10)

O terminal de Gás Liquefeito na Baía de Guanabara viabiliza o armazenamento e escoamento do GLP produzido no terminal de Gás de Cabiúnas (TECAB) e da REDUC a partir do gás natural da Bacia de Campos. Desse modo, o gás é transportado para as demais regiões do Brasil e o excedente é exportado. A implicação deste amplo projeto de modernização possui uma grande área de influencia direta, tanto por via aquática do município de Magé (Rio Suruí) quanto por terra, no município de São Gonçalo, Duque de Caxias e Guapimirim, inclusive na área de proteção ambiental do ultimo município, através da passagem por Itaboraí. Do eixo Guapimirim- Itaboraí-Magé fazem parte os dutos que serão ligados ao COMPERJ e aos empreendimentos petrolíferos da Bacia de Campos **(MAPA V)**.

Além instalação do terminal aquaviário da Ilha comprida, adaptações do terminal aquaviário na ilha redonda também faz parte desse empreendimento, a criação de dutos de Gás ligando as Ilhas a REDUC. Verdadeiros sistemas de engenharia a serviço do capital, sua função será abaixo descrita:

- Sistema de recebimento de GLP através de dutos;
- Sistema de armazenamento de GLP pressurizado e refrigerado através de tanques e esferas;
- Sistemas de refrigeração e secagem de GLP;
- Sistema de transferência de GLP para navios pressurizados, semi-refrigerados e refrigerados e
- Cais para atracação dos navios de GLP. (RIMA Petrobras, 2007)

MAPA VII- Dutos GLP e suas áreas de influência



Fonte: FEEMA, 2010.

O MAPA V nos dá uma dimensão da modernização da Baía de Guanabara em tempos distintos, entretanto, o que o Mapa esquece (ou se faz esquecer!) de mostrar é o território da pesca artesanal, que surge muito antes da urbanização dos municípios nas margens da Baía de Guanabara e da instalação dos empreendimentos no território aquático da Baía de Guanabara.

Aliadas à revitalização do setor naval no entorno da Baía de Guanabara, os terminais de Gás Liquefeito, influenciou ainda mais a deteriorização da atividade pesqueira. O primeiro investimento consiste na criação da infra-estrutura propícia ao transporte de gás liquefeito o segundo consiste no (re) funcionamento do histórico setor naval do eixo Niterói- São Gonçalo. No entanto, apesar de trazer emprego e renda, os projetos de modernização afetam diretamente a pesca artesanal na Baía de Guanabara e os núcleos em seu entorno.

A modernização no leste metropolitano possui tempos distintos e fazem parte da inserção do Brasil na modernidade. Contudo, as atividades anteriores a esta modernidade, quando não cooptado por esta, se torna um obstáculo a modernização. Neste âmbito que a pesca artesanal foi e é afetada por todos os projetos supracitados, não só a atividade pesqueira dentro Baía de Guanabara, mas também as localidades onde os pescadores habitam, (geralmente as margens da Baía de Guanabara) são precarizadas. Infelizmente a literatura existente sobre as modernizações do leste metropolitano são escassas, mais ainda, quando existem, esquecem de relevar os saberes e práticas pesqueiras artesanais como outras formas de sobrevivência frente à modernização nesses municípios.

Parte IV

Itaoca: entre o território dos saberes práticos pesqueiras e a modernização perversa.

*Modernização é, desde sempre, colonização.
A devastação de povos e de seus recursos
naturais- ecocídio, etnocídio e genocídio-
caminhou junto por todo lado na
constituição do sistema-mundo-moderno-
colonial. (Carlos Walter Porto-Gonçalves)*

IV.1- Características da pesca artesanal na Baía de Guanabara

A diminuição do espaço vital da pesca, em particular em Itaoca, em geral na Baía de Guanabara, faz parte de um projeto de modernização que não leva em conta os saberes e práticas anteriores a inserção do Brasil na modernidade. Contudo, os saberes da pesca nestas áreas, nos dias atuais ganham uma nova visibilidade em âmbito mundial. Com a destruição predatória do meio ecológico, a discussão ambiental ganha cada vez mais espaço na arena política, neste âmbito que re-existe a pesca artesanal como um conjunto de saberes e práticas que pese menos a dominação da natureza e mais a inter-relação harmônica com esta, pois de fato, o pescador artesanal necessita dela para a sua sobrevivência.

Como pode ser observado nas partes anteriores do presente trabalho, tanto no entorno da Baía de Guanabara quanto no próprio território aquático desta, as transformações ocorridas pela modernização encurralam cada vez mais a atividade pesqueira. A modernização e, conseqüentemente, a inserção do Brasil na modernidade, transformam alguns territórios em detrimento aos territórios e saberes que não fazem parte do seleto rol dos agentes hegemônicos. Um conjunto de verticalidades são criadas para a otimização da acumulação capitalista, os objetos técnicos dos agentes hegemônicos são rapidamente assimilados pela classe média através dos veículos de propagação de massa. É essa racionalidade dominante que invisibiliza os saberes e práticas pesqueiras na Baía de Guanabara. Entretanto, esta invisibilidade não elimina os pescadores de estarem exercendo a sua atividade, lutando pelo/ e por território na Baía de Guanabara.

Entretanto, Carlos Walter Porto-Gonçalves et AL (2006) assevera que não existe sociedade sem racionalidade. O que existe de fato são matrizes de racionalidade distintas.

Basta observarmos o conhecimento inscrito na construção desde as pirâmides do Egito até os monumentos maias e incas, na América. O que difere de uma sociedade para outra, ou em uma mesma sociedade ao longo do tempo, é a relação que cada uma mantém com as técnicas (Porto Gonçalves et AL, 2006 p. 105)

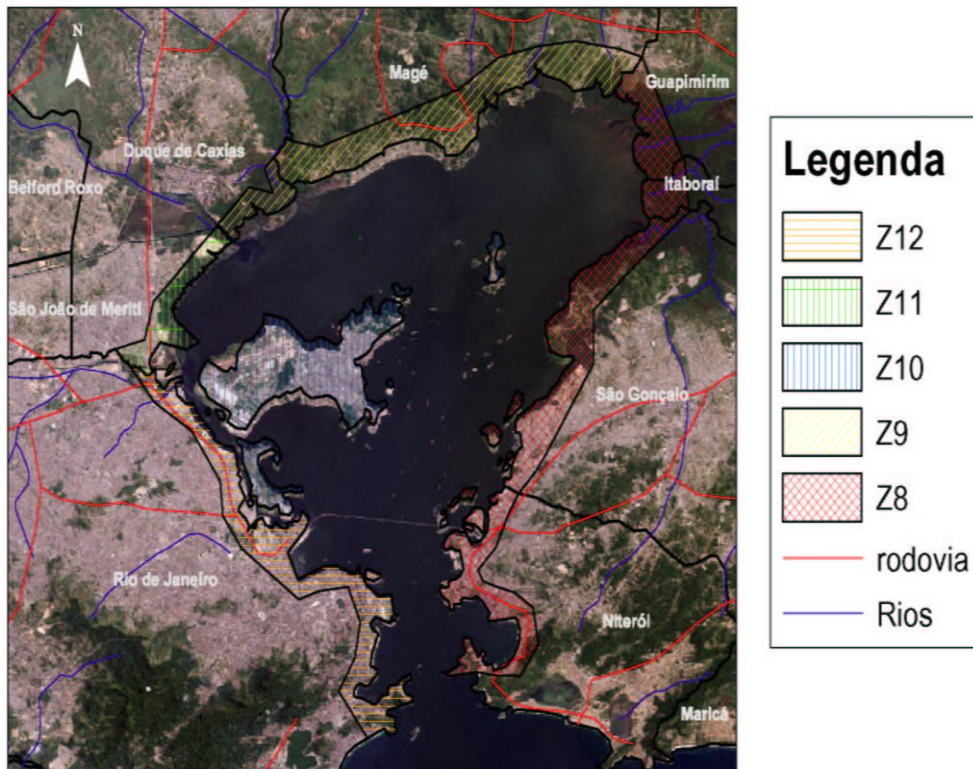
Apesar da escassez cada vez maior provocada pela diminuição do trabalho e do pescado na Baía de Guanabara, a atividade pesqueira cresce à medida que a oferta de emprego no setor formal cai nos municípios que compõe. As tentativas de diminuição do número de pescadores por parte das estatísticas oficiais, só servem para velar a grande quantidade de famílias que sobrevivem da pesca nestes municípios. Por outro lado, na falta do pescado, homens e mulheres que sobrevivem da pesca artesanal passam a procurar outras formas de sobrevivência.

Segundo Felipe Andrade Rainha (2008) a pesca artesanal e a coleta de siri e caranguejo na Baía de Guanabara remontam de aproximadamente 8000 anos atrás, praticada por diversas comunidades nativas da região.

Estima-se (através de pesquisas feitas com algumas espécies presentes nas águas da Baía de Guanabara) que a atividade pesqueira nessa região era bastante comum e tal atividade data de cerca de 8.000 anos atrás (e era praticada por diversas comunidades indígenas), possibilitando assim a sustentabilidade de diversos povos na região. (Instituto Baía de Guanabara, 1997 apud RAINHA, 2008 p. 23)

A partir da nova constituição, assinada em 1988, a estrutura organizacional da atividade pesqueira foi desvinculada da tutela do Estado e formuladas em instituições que se assemelham a sindicatos. Na base da pirâmide estão os representantes locais dos núcleos de pesca, às zonas de pesca ou colônias, mais acima estão às federações em âmbito estadual e, por último, a confederação em âmbito nacional. Na Baía de Guanabara, a pesca está organizada em cinco colônias: Z8 (Niterói e São Gonçalo), Z9 (Magé e Guapimirim), Z10 (Ilha do governador no município do Rio de Janeiro), Z11 (ilha do fundão, Ramos e Bonsucesso no município do Rio de Janeiro) e Z12(Caju, Centro e Urca no município do Rio de Janeiro). (**MAPA VIII**) .

MAPA VIII: Colônias de pesca na Baía de Guanabara.



Fonte: LABORATÓRIO DE ESTUDOS METROPOLITANOS - Departamento de Geografia - Faculdade de Formação de Professores - UERJ. Elaborado por Alberto Toledo Resende, 2008.

Além da estrutura política representativa da pesca, existem inúmeras associações pesqueiras espalhadas no entorno da Baía de Guanabara. Por achar que a colônia que melhor representa o nosso recorte espacial, a título de análise, nosso trabalho vai se limitar a estudar a colônia Z8 (Niterói e São Gonçalo). Entretanto, sabemos a importância das associações e cooperativas na organização dos pescadores na ilha de Itaoca.

IV.I.I- A colônia Z8

Segundo Alberto Toledo Resende (2005), a atividade pesqueira da colônia Z8 abastece predominante o mercado metropolitano.

A partir do seu crescimento quantitativo, tornou-se uma das principais atividades nos municípios de Niterói e São Gonçalo, devido, principalmente, a instalação de indústrias de beneficiamento de pescado, abrangendo grandes áreas do mercado local. Esta juntamente com outra tradição industrial do município, a indústria naval, possibilitou a renovação da frota e a instalação de portos em vários locais nas décadas de 60 e 70. (RESENDE, 2005, p. 33)

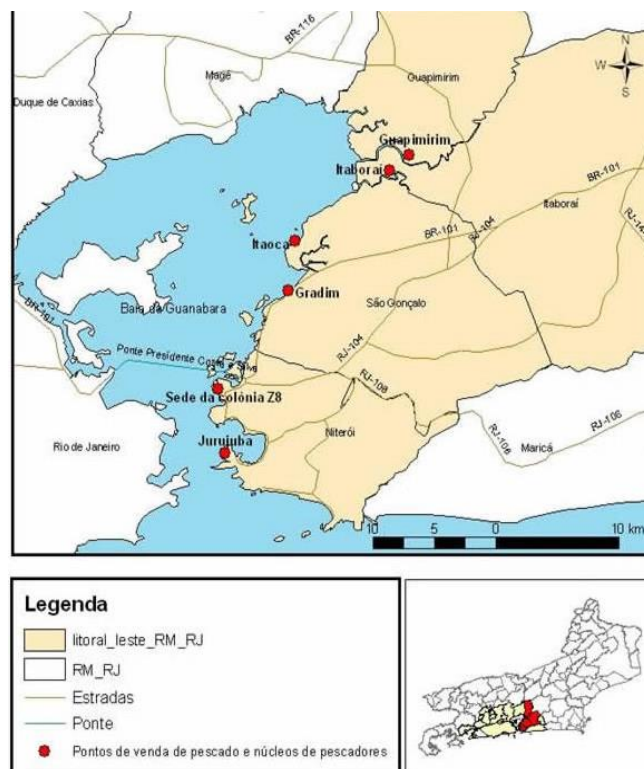
Os núcleos pesqueiros locais da colônia Z8 estão disperso pelo eixo Niterói-São Gonçalo, os principais deles são o de Jurujuba e do centro (sede da colônia) em Niterói; Gradim (conhecida como favela do gato), Porto Velho, Boa Vista (comunidade da Esso e praia das Pedrinhas) e Itaoca em São Gonçalo (**MAPA VIII**). Os principais mercados de pesca artesanal estão nos próprios núcleos pesqueiros, destacando-se o mercado de São Pedro no centro de Niterói que tem o alcance estadual. Nesta colônia são filiados 2500 pescadores, segundo o presidente da Z8, Gilberto Alves.

Ainda baseado em Resende, o bairro de Itaoca representa a margem da sociedade, onde a colônia Z8 não dá conta da complexidade da problemática ali envolvida.

Os pescadores dessa região não possuem qualquer estrutura de trabalho, sendo obrigados a venderem seu pescado na praia devido a não possuírem um meio de transporte adequado (caminhão-frigorífico) para levarem a outros pontos de venda, ficam entregues totalmente aos “atravessadores”. (RESENDE, 2005 p. 48)

Desta forma, a proliferação de associações e cooperativas de pesca se torna uma estratégia para amenizar as perdas geradas pela figura do intermediário ou atravessador. Entretanto, na prática, algumas associações são tomadas por pessoas não ligadas a pesca artesanal e que se utilizam da pesca artesanal para a promoção de práticas eleitoreiras, clientelistas e personalistas. Segundo Nilo Sérgio Dávila Modesto (2008), a história política do município de São Gonçalo como um todo, é marcada por práticas personalistas, grandes currais eleitoreiros foram formados na consolidação dos grupos de poder neste município.

MAPA IX- Pontos de venda de pesca no leste metropolitano



Fonte: LABORATÓRIO DE ESTUDOS METROPOLITANOS - Departamento de Geografia - Faculdade de Formação de Professores - UERJ. Elaborado por Alberto Toledo Resende, 2008.

Os pescadores dos núcleos pesqueiros dos municípios de São Gonçalo e Niterói começam a sua empreitada adentrando a noite em busca dos melhores pescados na Baía de Guanabara. Em sua chegada, ainda de madrugada, percebe-se a grande quantidade de carros frigoríficos a espera dos pescados, são os chamados de intermediários ou atravessadores, que fazem parte do circuito produtivo da pesca artesanal, barateando o peixe e distribuindo a preços exorbitantes no mercado atacadista. Isso faz com que estes atravessadores tomem um papel preponderante no barateamento do pescado e, por conseqüência, se

tornando um dos principais condicionantes da pauperização dos pescadores, os intermediários tomam a maior parte do lucro da pesca.

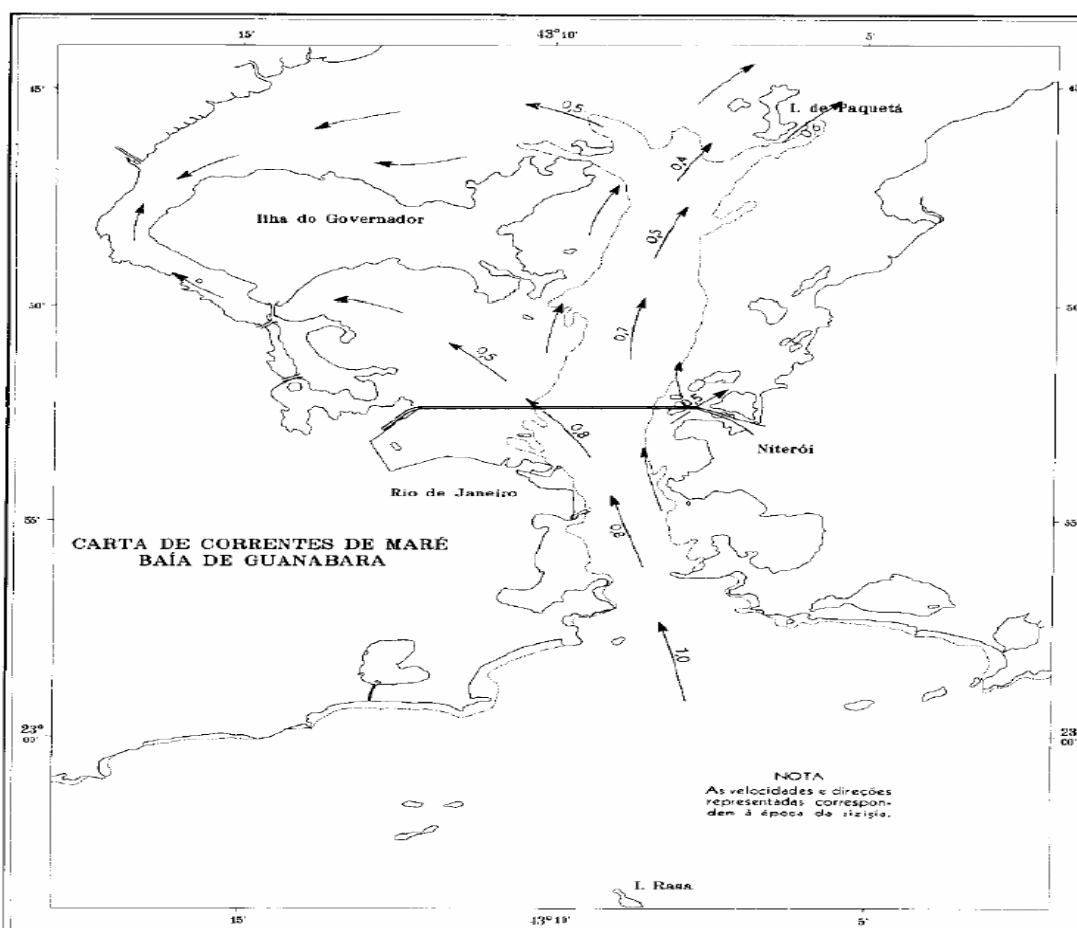
O trabalho dos pescadores é realizado em conjunto, em regime familiar e/ou em parceria, ou seja, cada pescador parceiro dentro da embarcação possui um papel na divisão do trabalho e possuem seus próprios meios de produção. O lucro é dividido meio a meio ou, em outros casos, a maior parte fica a cargo do dono da embarcação e o restante é dividido para o restante da tripulação.

O tamanho da embarcação dos pescadores nos municípios de São Gonçalo e Niterói é variável de barcos pequenos a remo, denominados de caícos a barcos pequenos a motor ou caícos adaptados que são de baixo custo de manutenção. Estes barcos não possuem um raio de alcance tão grande e geralmente são amplamente utilizados para a pesca de siri, próximo aos mangues, corvinas e outros peixes de menor valor de mercado. Sendo assim, estes pescadores são os maiores prejudicados com a deteriorização do ecossistema costeiro da baía de Guanabara. Em menor escala, são utilizados barcos de médio e grande porte. Para ser considerado pesca artesanal, os barcos devem ter a capacidade máxima de 10 toneladas de pescado transportando no máximo 10 pescadores e a relação de parceria tanto nos lucros como nos prejuízos.

A atividade artesanal na baía de Guanabara se concentra na pesca de sardinha e camarão, devido ao seu alto valor de mercado e compradores certos. Há também barcos especializados em pesca de arrasto, denominados traineiras, que extraem uma diversidade maior de peixe, tais como: Tainhas, Corvinotas, Robalos, Dourados etc.

Apesar da proibição de muitas áreas na Baía de Guanabara, a poluição obriga os pescadores a arriscarem suas vidas em locais com maior disponibilidade de peixe e renovação das águas da Baía de Guanabara, que são justamente onde navios de grande porte trafegam constantemente. Frequentemente os pescadores acabam perdendo material de pesca ou se acidentando devido à grande quantidade de navios cargueiros. Logo, os lugares com maior disponibilidade de peixes se encontram próximo a desembocadura da Baía de Guanabara, locais de tráfego intenso de navios de grande porte (**MAPA X**).

Mapa X- Carta de corrente de Maré na Baía de Guanabara



Fonte: Malta, Fernanda Siqueira. Estudo de correntes de Maré no complexo estuarino da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro, 2005

O Mapa VIII, nos dá um panorama das principais áreas de renovação e conseqüentemente onde o pescado possui a melhor qualidade na Baía de Guanabara. São justamente essas áreas que os pescadores são proibidos de exercer a sua profissão. Entretanto, ainda sim os pescadores precisam por as suas vidas em risco para conseguir “o pão de cada dia”.

A divisão de trabalho por gênero é desigual, o número de homens trabalhando da pesca e da coleta de marisco é muito maior do que a quantidade de

mulheres. Entretanto, apesar de as mulheres não se envolverem diretamente na retirada dos peixes e mariscos elas participam na limpeza, na venda e no beneficiamento em geral do pescado. A título de exemplo, estão as descarnadeiras de siri da ilha da Itaoca, são mulheres que trabalham do beneficiamento do siri para a venda nos mercados e restaurantes. Infelizmente, devido à diminuição dramática do pescado, muitas dessas mulheres acabam procurando outras formas de sobrevivência, como na coleta de lixo reciclável no aterro sanitário de Itaoca.

IV.II- Ilha de Itaoca: morada e trabalho dos pescadores artesanais.

Quanto menor é a escala espacial maior é a coexistência de ações e objetos geográficos de tempos distintos. No real concreto, espaço herdado e espaço projetado se confundem e a busca por um sentido se complexifica. Desta forma, ações e projetos dos agentes hegemônicos, tanto no município de São Gonçalo quanto na Baía de Guanabara, ganham contornos de dramaticidade na ilha de Itaoca. Considerada “quintal dos fundos” ou “periferia da periferia” do leste metropolitano ao longo de sua evolução urbana, atualmente Itaoca é alvo de projetos modernizantes.

Entretanto, em caráter geral, a modernização econômica brasileira aliada a sua estrutura societária arcaica, não leva em conta a escala local e seus sujeitos. O território e (re) modelado de acordo com os seus interesses em detrimento dos saberes patrimoniais, praticas ancestrais e suas técnicas. Assim os pescadores artesanais da ilha de Itaoca são privados do seu trabalho e do seu abrigo.

A história da ilha de Itaoca remonta de tempos imemoriais em que a vida de relações exercidas pelos índios Tamoios predominava nesta região, só chegando o colonizador após a expulsão dos descendentes franceses que ocuparam a cidade do Rio de Janeiro. Três homens expulsos receberam terras na, até então, aldeia de Itaoca, Ibirapitanga e Quarity, foram eles: Antônio Rodrigues de Almeida, José Adorno e Pedro Marins Namorado. Antonio Rodrigues de Almeida foi quem ganhou a Aldeia de Itaoca, esta terra foi dele desde 1549, o que o transforma num dos primeiros colonizadores da Baía de Guanabara.

Martins (2005) apoiada em Almeida e Reznik (1999) nos conta um curioso caso ocorrido na Baía de Guanabara e que transformou a Ilha de Itaoca.

De sua pequena varanda ladeada por duas colunas baixas e arredondadas, avista-se a ilha de Paquetá. Conta-se que em meados do século XVII, um naufrago por ali aportou. Devoto de nossa senhora da Luz, em graça pela salvação, ergueu capela para a Santa. A capela até hoje abriga a santa e é desta sua varanda que se vista por um ângulo acolhedor, o fundo da Baía de Guanabara (ALMEIDA e REZNIK, 1999 apud MARTINS, 2005, p. 107)

A ilha de Itaoca se encontra na franja urbana do município de São Gonçalo, na orla oriental da Baía de Guanabara. Sua população, segundo a secretária de habitação do município de São Gonçalo, no ano de 2000, era de 4000 habitantes, grande parte destes chegando somente na década de 1990. A ilha é composta por pescadores artesanais, catadores de material reciclável, professores, trabalhadores do setor de serviço, trabalhadores do comércio, biscateiros e empregadas domésticas. A predominância ainda é de homens e mulheres que sobrevivem da pesca artesanal tanto na coleta de marisco, pesca de camarão e descarno de siri, na confecção de petrechos de pesca, tais como: redes, currais de pesca, espinhel, puçás e manutenção de barcos (**Figura I e II.**)

Figura I: Pescador mostrando o PUÇÁ, Píer da Caeira Itaoca



Fonte: Euzebio, Rodrigo C. - LEME/ UERJ

Figura II: Currais de pesca, próximo a Caieira, Ilha de Itaoca



Fonte: Euzebio, Rodrigo C. UERJ /LEME.

Parte da Ilha de Itaoca pertence à área de proteção ambiental (APA) de Guapimirim. Tem aproximadamente 9,5 km² e possui uma significativa área de

manguezal Alguns canais separam a ilha de Itaoca do continente, dentre eles se destacam o canal do Imboaçú, canal de Itaoca e o canal do Bento. Sua ligação com o continente se dá através da ponte do rodízio. O nome da ponte foi dado, devido ao tempo em que a entrada e saída da Ilha eram feito por uma ponte móvel, por isto “rodízio”, esta ponte é margeada pelo mangue, ao passo que no seu lado oposto encontra-se a Baía de Guanabara.

Antes da chegada na ponte do Rodízio é possível perceber o aterro sanitário de Itaoca, ou como é vulgarmente conhecido “lixão de Itaoca”, um vazadouro de detritos domésticos e industriais de escala intermunicipal, que não está dentro dos limites da ilha de Itaoca e sim da região. Homens, mulheres e até mesmo crianças são jogadas a sorte e sobrevivem do trabalho no lixão, são expostos a uma gama de doenças. Inobstante, o mesmo acontece com os moradores dos arredores do lixão que convivem com o mau cheiro e com pragas provindas deste.

Martins (2005) nos atenta para as particularidades da ilha em relação ao continente, segundo esta autora a ilha desperta sentimentos edênicos e acolhedores ao passo que permite a “possibilidade do isolamento, do aconchego” (P.17). Baseado nisto, para os moradores mais antigos, as memórias da ilha de Itaoca traz consigo as lembranças dos tempos em que, a mesma, era sinônima de turismo e lazer para os moradores de fora da ilha, sobretudo de São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro. Atualmente, a exuberância da paisagem da ilha, contrasta com a pobreza urbana e o abandono. As práticas do modo de vida rural (pescarias, criação de galinhas, cavalos e pequenos sítios com plantações) são facilmente observadas, em contrapartida, é possível observar na entrada da ilha um significativo número de estabelecimentos com mercados, salão de beleza, farmácia, lojas de construção etc. O que aponta para uma vida de relações tipicamente urbanas.

Os moradores mais antigos da ilha de Itaoca são pescadores artesanais, possuem relações de parentesco através de laços consangüíneos. Para estes moradores, os laços de identidade da ilha foram quebrados com a posterior chegada de outros moradores, sobretudo na instalação destes nas proximidades da praia do focinho de porco, próximo a ponte do rodízio e no lixão. Estas áreas são extremamente precárias e consideradas bolsões de pobreza, alguns moradores mais antigos vêem a chegada dos moradores mais novos como a fonte da desagregação e violência. Entretanto, a chegada dos habitantes mais novos na ilha só começou entre as décadas de 1960 e 1970 devido a um decreto municipal de

1962 que tornou todo município de São Gonçalo em urbano, Itaoca que possuía (e ainda possui) características rurais passou (e ainda está passando) por modificações abissais, sendo escopo de loteamentos, na maioria das vezes irregulares.

Em 1995, com o investimento do BID(banco interamericano de desenvolvimento), do governo do estado e do japan bank, foi iniciado um amplo programa de despoluição da baía de Guanabara. Neste programa foram investidos 1 bilhão de reais, com a criação de uma grande Usina de reciclagem de lixo que , apesar da maquinaria, nada fizeram. Entretanto, quem mais se beneficiou deste programa foram os grupos políticos, que na pratica, se utilizavam do discurso da despoluição da baia de Guanabara e do aumento do emprego e renda para angariar votos.

A histórica relação do município de São Gonçalo com os loteadores, descrita na parte três deste trabalho, ganha dimensões particulares na ilha de Itaoca, Renato Luna Freire nos dá um panorama do que foi o descaso da relação do loteamento na fazenda da luz, localizado na ilha de Itaoca. Segundo este autor, os agentes loteadores utilizavam-se do poder público municipal para aumentar a venda dos loteamentos para os trabalhadores, no caso da praia da Luz, a ausência de serviços urbanos e equipamentos coletivos eram justificados pelas amenidades naturais. Atualmente, esta mesma praia, é o principal ponto turístico da Ilha. Como forma de compensação aos danos causados com o derramamento de Petróleo na Baía de Guanabara no ano de 2000, a PETROBRAS investiu no calçamento e na criação de quiosques. Os pescadores e os demais moradores não foram consultados sobre este investimento, para eles, segundo o relato Martins (2005), a perda da visibilidade da capela de Nossa Senhora da Luz para os visitantes que vem da Baía de Guanabara, principal ponto turístico da ilha até então, foi um fator negativo do investimento. Não obstante, a partir deste derramamento, os pescadores da Ilha de Itaoca ganharam grande visibilidade por parte dos grupos políticos. ONGs e, até mesmo, instituições públicas. A Petrobras firmou um contrato de 1,7 milhões de reais.

O processo de ocupação da ilha de Itaoca se deu (e se dá) de forma irregular na maioria das vezes, mesmo nas regiões de mangue pertencentes área de proteção ambiental de Guapimirim, não sendo parceladas. Estes terrenos são da

Marinha do Brasil e da União de estados e municípios. Entretanto, os moradores que sobrevivem nestes lugares se instalaram antes da criação da APA.

As casas são, em sua maioria, de alvenaria e edificadas no processo de auto-contrução. Algumas regiões possuem aglomerados de ocupação, com casas de madeira com ou sem estuque. (MARTINS, 2005, p. 111)

As estradas da ilha de Itaoca não são pavimentadas, a carência de transportes coletivos é muito grande, o horário é irregular. A dificuldade de acesso faz os ônibus não entrarem e mudarem o itinerário constantemente, fazendo que os moradores da ilha tenham que caminhar por distâncias muito grandes. Nos dias chuvosos, são formadas imensas poças d'água nas estradas, o que agrava ainda mais a situação de entrada e saída da ilha. A empresa de ônibus responsável pela ligação com a ilha disponibiliza um microônibus que adentra os locais de difícil acesso, entretanto, ainda assim, muitos moradores não são beneficiados. Neste sentido, nota-se a ausência do Estado no provimento de infra-estrutura, muitas vezes, a própria empresa de ônibus cuida da manutenção das precárias estradas. Não obstante, nas praias da ilha, são os pescadores e comerciantes que cuidam da limpeza, nos dois casos o abandono do poder público se encontra em pauta na ordem do dia.

Os serviços urbanos e equipamentos coletivos são precários, coleta de lixo irregular e somente em algumas áreas. Cabe destacar alguns dos principais problemas da ilha:

- Dois postos de saúde para pequeno atendimento;
- Duas escolas- CIEP Carlos Marighela, Escola Estadual Salgado Filho, duas escolas particulares e uma creche comunitária;
- Ampla utilização de água de poço para suprir o precário abastecimento de água;
- Um equipamento de Lazer: O calçadão da Praia da Luz.

Na iminência das eleições, os pescadores(leia-se eleitores) da ilha de Itaoca se transformam em alvo constante de práticas eleitoreiras, clientelistas e personalistas. Candidatos a dirigentes de órgãos públicos chegam prometendo “progresso” e “desenvolvimento” para os moradores da ilha, no entanto, após as eleições tudo volta à normalidade.

No caminho para as praias de Itaoca, nota-se a grande quantidade de terrenos, alguns deles utilizados como despejo de lixo, além de casas com criação de animais e plantas, tais como: galinhas, porcos, cavalos e pequenas hortas. Mais próximo as praias, a paisagem é dominada por pequenas casas a beira mar e embarcações de pequeno e médio porte. Caícos, baleeiras e, em menor escala, traineiras são facilmente encontradas, além de restos de redes de pesca que são vistos pelo chão. É notável a influência da pesca artesanal na ilha de Itaoca (**Figura III**).

FIGURA III: Embarcações na Praia da Beira, ilha de Itaoca



Fonte: Euzebio, Rodrigo C. – LEME/ UERJ.

Em cada uma das praias da ilha (focinho de porco, São Gabriel, beira, Caeira e Luz) existe uma considerável quantidade de quiosques e bares que são lugares em que os pescadores, os demais habitantes da ilha e os turistas costumemente freqüentam após a sua jornada de trabalho ou, no seu momento de lazer.

Após o derramamento de óleo na Baía de Guanabara, a pesca artesanal na ilha foi drasticamente diminuída, famílias inteiras foram obrigadas buscar outras formas de sobrevivência. Segundo relatos de Martins (2005) apesar de o pescado estar liberado para o consumo após uma semana após do desastre, a desconfiança dos consumidores não diminuiu o que levou a muitos pescadores ao desencanto com a pesca artesanal.

A relação dos pescadores artesanais com o Estado é complexa e conflituosa. O IBAMA proíbe a pesca artesanal na APA de Guapimirim alegando que os pescadores provocam o desequilíbrio ambiental nestas áreas. Técnicas costumemente utilizadas pelos pescadores do local, como o curral e a rede de arrasto são estritamente proibidas. Entretanto, por traz da política preservacionista de separação das populações históricas do seu lugar de origem existem outras intenções, pois na criação dos dutos do GLP houve uma diminuição do tamanho da APA com o consenso do IBAMA, os mesmos dutos que afetaram diretamente a vida marinha da Baía de Guanabara, ou seja, além de algumas técnicas da pesca artesanal estar estritamente proibida, onde passam os dutos, os resíduos químicos utilizados para contenção e manutenção destes, contaminam e aumenta a mortandade de peixes no local.

IV.V.II- O projeto do porto de Itaoca

Os múltiplos usos do território e a contestação de futuro no leste metropolitano têm afetado diretamente os lugares onde são exercidos os saberes e práticas da pesca. Os agentes hegemônicos impõem a sua lógica sem levar em conta a escala local. Sob essa égide que a ilha de Itaoca passa de periferia da periferia da metrópole a espaço cooptado pela modernização.

O projeto de construção do Porto de Itaoca, mais precisamente na praia da Beira vem de encontro aos demais projetos no leste metropolitano. A mídia local

notícia, como em outros períodos da história do município, a chegada do progresso. O discurso da prefeita é da mudança conjuntural do município e o retorno da Manchester fluminense.

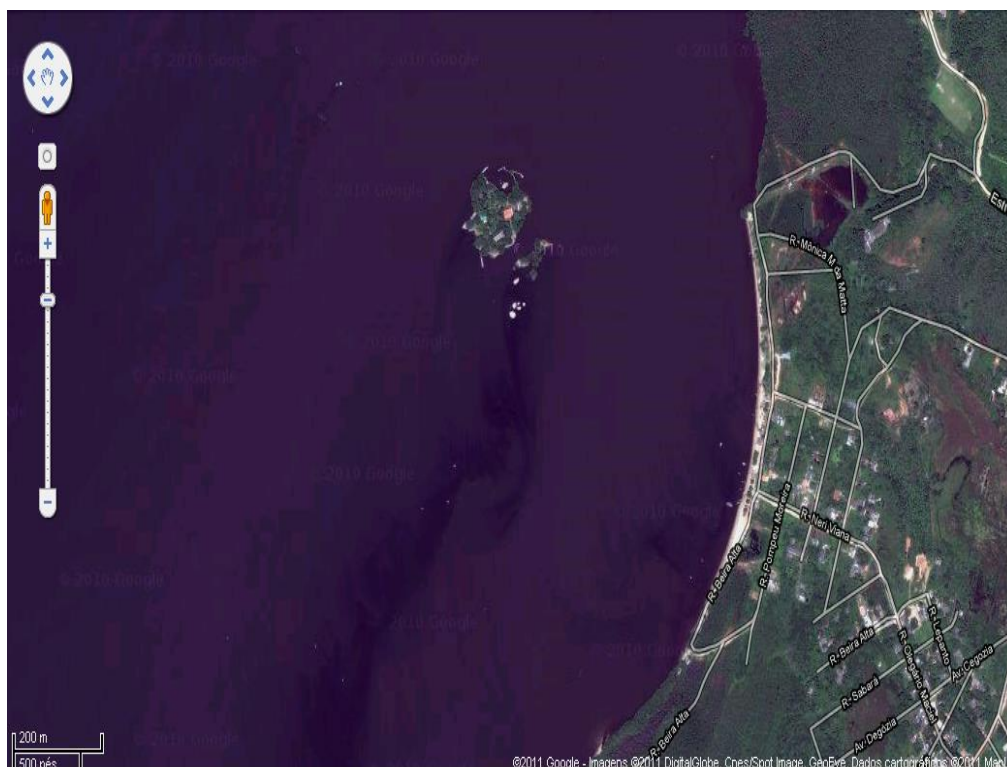
A prefeitura de São Gonçalo, juntamente com o governo do Estado e a PETROBRAS assinaram dois convênios. O primeiro no valor inicial de 270 milhões de reais para a construção do Porto da Beira, onde serão descarregados os equipamentos do COMPERJ. O segundo convenio é um protocolo de intenções para ampliação do porto, de modo que este escoe parte da produção do COMPERJ.

No entanto o que o projeto está trazendo até o presente momento para os moradores de São Gonçalo é a onda de desapropriação, segundo a procuradoria, a previsão é a desapropriação de 1500 casas na chamada “ faixa irregular” ,área de 90 mil m² , área esta que vai abrigar um píer de 120 metros de extensão e 80 metros de largura, um retro porto de 6 mil m² além de uma estrada de 13,5 km². A incerteza se encontra em pauta para os habitantes da faixa irregular desde o anuncio no diário oficial da prefeitura no dia 30 de março do ano de 2011.

Desde o anúncio do Porto de Itaoca, os comerciantes e pescadores da praia da Beira vem observando a sua venda diminuir cada vez mais. Os pescadores artesanais são espoliados do seu trabalho e de sua moradia. Abre-se um novo ciclo de especulação imobiliária no entorno do projeto do Porto, terrenos antes desvalorizados, hoje valem 10 vezes o valor de origem.

A possibilidade da construção do porto de Itaoca, afeta ainda mais a vida dos pescadores, no que se refere ao aumento do trafego de navios rebocadores na Baía que destroem as redes. Não obstante, o pescado do camarão e do siri será prejudicado, pois a pesca destes fica bem próxima ao píer que será construído **(MAPA XI)**.

MAPA XI: Paia da Beira, Local de construção do Porto de Itaoca



Fonte: Google maps

ANO???

V- Conclusão

O presente trabalho se incumbiu de analisar a coexistência da modernização em São Gonçalo e baía de Guanabara com os saberes e práticas pesqueiras na Ilha de Itaoca no município de São Gonçalo.

No que se refere à modernização do leste metropolitano, reconhecemos as limitações deste trabalho, pois, quando muito, nos atemos a mostrar somente aqueles projetos e impactavam direta ou indiretamente a moradia nos núcleos pesqueiros em Itaoca. Sobre esta égide que, por opção, o presente autor resolveu

dar volume a evolução urbana de São Gonçalo, deixando os demais municípios que compõe o Leste Metropolitano, quando relevante, apenas como plano de fundo.

Entretanto, no atual momento, a coexistência da modernização do leste metropolitano com a atividade e a moradia dos pescadores em Itaoca, pauperiza cada vez mais os sujeitos da pesca. O derramamento de óleo no ano de 2000, aumento do tráfego de navios de grande porte, revitalização do setor naval, terminal de Gás Liquefeito da Ilha Comprida e Ilha Redonda, o projeto dos dutos do Comperj, projeto do Porto da Beira etc são alguns dos empreendimentos que afetam diretamente o trabalho e moradia dos pescadores em Itaoca, a cidade corporativa mais uma vez se impõe em detrimento a cidade social.

Além da evolução urbana não acompanhada da melhoria de serviços urbanos e equipamentos coletivos (transporte, educação, saneamento básico etc.), os pescadores da ilha de Itaoca precisam conviver com a restrição cada vez maior da pesca artesanal na Baía de Guanabara, conseqüentemente, provocando o desencanto dos pescadores que, por sua vez, não querem mais que seus filhos trabalhem com a pesca.

É necessário perceber que a inserção do Brasil na modernidade deve levar em conta à escala local e seus sujeitos, do contrário, a reprodução de matizes ideológicos, a fé no progresso e no desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento social acarretará em novos bolsões de pobreza.

VI – Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto-lei nº11.959, de 29 de junho de 2009. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 2009, p. 10.

CORONIL, Fernando. **Natureza do pós- colonialismo**: do eurocentrismo ao globocentrismo. In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivo latino americanas. Edgard Lander (ORG). Buenos Aires, ED: CLACSO, 2005.

FREIRE, Renato de L. **Poder e sociedade na [trans] formação da cidade**: história dos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950. Monografia (graduação)- curso de História, Departamento de Ciências humanas, UERJ FFP, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEIGER, Pedro P. **A urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara**. In: Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro IBGE nº 4, outubro-dezembro de 1958.

Guichard, Desiree & GUICHARD, Denise. **Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial**: novas questões para reflexão. In Silva, Catia Antonia, Guichard, Desiree e Oliveira, Floriano J. G. Metrópole: Governo Sociedade e Território. Rio de Janeiro, DP&A: Faperj, 2006.

HARVEY, David. **A geografia da acumula o capitalista**: uma reconstru o da teoria marxista in A produ o capitalista do Espaço. São Paulo. Ed: Annablume, 2005.

MARTINS, Maria C. **Partilhando saberes na ilha de Itaoca**: A roda de siri- Entre o mundo do trabalho e as memórias de infância 2005, 263 p. Tese (doutorado) Programa de Pós Gradua o em educa o, UFF, Niterói, 2005.

MENDONÇA, Adalton da Motta. **Transforma es no eixo Niterói – Manilha em São Gonçalo**, 2007. 250 f. Tese (doutorado),Rio de Janeiro, IPPUR, UFRJ, 2007

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epist mica**: a op o descolonial e o significado de identidade em política. In: Caderno de letras da UFF- Dossiê: Literatura, língua e identidade, n   34 p 287-324, Niterói, 2007.

MODESTO, Nilo S. D. **As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo**. In Silva, Catia Antonia, Guichard, Desiree e Oliveira, Floriano J. G. *Metrópole: Governo Sociedade e Território*. Rio de Janeiro, DP&A: Faperj, 2006.

MORAES, Sergio Cardoso de. **Saberes da pesca**: uma arqueologia dos saberes da tradição 2005. 227f. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em educação, UFRN, Natal, 2005.

MORIN, Edgar, **O método 6**: ética. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (à reserva extrativista). Brasília: Ibama, 2001.

_____. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades em Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir (coords.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

RAINHA, Felipe Andrade. **Metrópole e Trabalho**: uma reflexão a respeito das políticas públicas para a pesca artesanal na região da Baía de Guanabara.. 2008. 69 f. Monografia (Graduação) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, UERJ FFP, São Gonçalo, 2008.

RESENDE, Alberto Toledo. **Metrópole e formas de resistência**: A atividade pesqueira artesanal no leste metropolitano do Rio de Janeiro.. 2005. 56 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Geografia, UERJ FFP São Gonçalo, 2005.

RIBEIRO, A. C. T.. **Outros territórios, outros mapas**. In OSAL: Observatório Social de America Latina. Ano 6 nº 16 (Jun 2005) CLACSO, 2005.

_____. **Território usado e humanismo concreto:** O mercado socialmente necessário, 2005. São Paulo. *Anais ...* Universidade de São Paulo: ENG, 2005. 13.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** In OSAL: Observatório Social de America Latina. Ano 6 nº 16 (Jun 2005) CLACSO, 2005.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Catia Antonia da. **Qualificação profissional na construção do Brasil urbano - moderno:** Secularização e sociedade Modernização e espaço.. 2002. 340 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SOJA, Edward. **História: Geografia: Modernidade** In Geografias Pós-modernas: A reafirmação do Espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.